

COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO DIRETOR

DEBATE PÚBLICO REALIZADO EM 15 DE SETEMBRO DE 2009

Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão.

Às dez horas e vinte e um minutos, no Salão Nobre Vereador Antônio Carlos Carvalho, tem início o Debate Público da Comissão Especial do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, sob a Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão, “PARA DEBATER O SUBSTITUTIVO Nº 3 AO PLC Nº 25/2009”.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Senhoras e senhores, bom dia.

Dou por aberto o Debate Público sobre o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

A realização deste Debate visa atender ao disposto no Parágrafo 4º, do Artigo 40, do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que determina a realização de processo participativo na elaboração do Plano Diretor e na tramitação de projetos que promovam sua alteração.

O objeto de discussão no Debate de hoje serão os dispositivos referentes aos temas de “Macrozoneamento e Desenvolvimento Econômico” contidos no Substitutivo nº 3, ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2009, bem como as emendas referentes a esses dispositivos, enviadas pelo Poder Executivo, e na tramitação de projetos que promovam sua alteração.

A Comissão Especial do Plano Diretor é composta pelos seguintes Vereadores: Eu mesma, Vereadora Aspásia Camargo, Presidente; Sr. Vereador Roberto Monteiro, Relator; Sr. Vereador Chiquinho Brazão; Sr. Vereador Dr. Carlos Eduardo; Sr. Vereador Renato Moura; Sra. Vereadora Lucinha; Sr. Vereador Jorge Braz; Sr. Vereador Jorge Pereira; Sra. Vereadora Rosa Fernandes.

A Mesa está assim constituída: nosso convidado especial, Dr. Felipe Góes; representantes da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Urbanismo, que representam o Sr. Secretário Sérgio Dias, que se encontra em viagem.

Tenho também a honra de registrar a presença do Sr. Benito Paret, que é um líder importante da nossa Cidade, que eu gostaria que nos desse a honra de ficar aqui na Mesa conosco e que, se pudesse, transmitisse a sua mensagem, que será importante para o nosso Debate Público.

Peço desculpas aos senhores pelo atraso com que essa reunião se inicia, mas isso se deu ao fato de que ontem tivemos uma Audiência Pública extremamente concorrida e dinâmica, para não dizer outra palavra. Ficamos aqui até praticamente 23h e isso perturbou um pouco a retomada dos trabalhos.

Eu queria iniciar, muito brevemente, dizendo duas coisas. Em primeiro lugar, como é importante a discussão do desenvolvimento econômico na Cidade do Rio de Janeiro. Esta Cidade está praticamente, desde que houve uma chamada fusão, perdida e sem rumo. Na verdade, as funções da cidade-estado que ela preservou de alguma forma e que sobreviveram à mudança da capital foram desarrumadas com a fusão. Mal organizada, com poucos recursos e sem o planejamento estratégico capaz de levar a Cidade a reformular suas funções. Não é a primeira vez na vida que os países mudam suas capitais. Aliás, isso aconteceu ao longo da História com grande frequência. A última grande mudança foi na Alemanha, quando houve a reunificação e a capital se transferiu de Bonn para Berlim. No entanto, durante mais de 10 anos a Alemanha discutiu duas coisas: primeiro, as novas funções da Cidade de Berlim e os grandes investimentos que ela recebeu; segundo, como transformar Bonn numa cidade que pudesse sobreviver a essa mudança. Houve compensações financeiras importantes, houve investimentos de infraestrutura, houve negociações com as Nações Unidas.

Foi um complexo de iniciativas que deram a Bonn a garantia de que iria não só sobreviver, mas florescer com o novo *status* de uma cidade diplomática, de uma cidade financeira dentro da Alemanha unificada. E isso não aconteceu com o Rio de Janeiro. E nós temos provas de que isso deveria ter acontecido desde 1960, porque a Constituição do Estado do Rio de Janeiro – da cidade-estado –, que foi feita pelo grande Santiago Dantas, previa isso. Juscelino Kubtschek, inúmeras vezes, publicamente demonstrou seu desejo e seu compromisso de ajudar a cidade que ele estava contribuindo para esvaziar quando criou Brasília.

Nós estamos aqui querendo, Dr. Felipe Góes, com a sua ajuda incansável, porque a sua juventude também nos anima muito, pois queremos entusiasmo, queremos trabalhos, queremos criatividade e inovação na discussão sobre a Cidade do Rio de Janeiro. Ninguém aguenta mais só discutir pobreza e como é que vai se distribuir o pouco que tem – que é muito pouco mesmo –, para resolver os problemas sociais de qualquer cidade.

Problemas sociais – estou aqui ao meu lado com o Relator, que vem de uma tradição política que eu respeito muito e que é a tradição que valoriza e que sabe quais são as forças produtivas de uma determinada cidade, de um país e que geram as relações de produção que podem, sim, ser adequadas, se houver vontade política. Nós queremos que a Cidade assuma seu destino de cidade produtiva que ela é, mas que é secretamente. Nós não somos produtivos oficialmente, nós não somos produtivos formalmente: somos produtivos por trás das portas, por trás das janelas, informalmente.

Nós queremos que a Cidade do Rio de Janeiro seja competitiva, seja produtiva e que seja socialmente justa. Vamos discutir, o tempo todo, a questão da justiça social, a inclusão social, a distribuição de renda, o fim da cidade partida – esse é o objetivo desse plano. Agora nada disso acontecerá, senão tivermos o desenvolvimento econômico, e é por isso que o Dr. Felipe Góes está aqui para nos falar sobre isso, porque temos dois tipos de coisa a discutir.

As velhas vocações econômicas da Cidade, que existem, são importantes e estão um pouco velhas; precisam ser reformuladas, reestruturadas – e eu falo aqui no turismo que precisa, realmente, ter um novo alento e da cultura também, porque temos que ter uma indústria cultural mais poderosa do que temos hoje, pois estamos sendo tristemente derrotados por São Paulo. E temos as novas vocações que também não são tão novas assim, porque esta Cidade abriga a inteligência do país, a inteligência universitária, a inteligência – digamos assim – tecnológica do país há muito tempo, mas agora estamos aqui com o Benito Paret para nos falar de como transformar isso em produto, não é isso?

Não adianta só pensarmos em inventar, senão tivermos empresas pequenas, médias e grandes que tenham, realmente, capacidade de estar relacionadas com a cultura do século XXI, isto é, com a informação, a tecnologia. Que isso possa, de certa maneira, transformar o pensamento científico, que já existe numa produção concreta, e que nos dê a segurança de que vamos conseguir o desenvolvimento econômico, aumentar o nosso Produto Interno Bruto e melhorar, por conseguinte, a qualidade de vida da nossa Cidade.

Então, dito isso, passo a palavra ao Sr. Felipe Góes, que vai fazer a sua introdução. Uma questão importante que eu queria ressaltar ainda é que temos, nesse Plano Diretor, um cargo-chefe que é o macrozoneamento da Cidade: esta Cidade vai estar dividida em quatro partes.

A Vereadora Lucinha está aqui presente. Muito obrigada, Vereadora Lucinha. Estamos aqui começando a nossa discussão sobre o desenvolvimento econômico e macrozoneamento. O Secretário Guaraná está aqui presente, o que muito nos honra. Ele é também e sempre será o nosso Vereador. Muito obrigada pela sua presença. Vereador Paulo Messina, sente-se. Se o senhor quiser nos dar o prazer. Está ótimo! Obrigada pela presença.

Eu queria dizer o seguinte: o macrozoneamento é a divisão da Cidade estrategicamente por tipo de ocupação diferenciada e por tipo de intervenção governamental diferenciada e tem a ver com o desenvolvimento econômico, porque se não houver uma referência a esse desenvolvimento e também às características sociais de cada uma dessas unidades, o que acontecerá é que teremos uma classificação formal a qual não terá o dinamismo necessário para responder às nossas expectativas.

Então, digo isso, porque é muito importante que o Secretário nos ajude a fazer, a construir essa ponte, já que o desenvolvimento econômico é a primeira coisa que temos que conseguir para garantir todas as demais. Então, dito isso, passo a palavra ao Dr. Felipe Góes, para que possa se pronunciar.

O SR. FELIPE DE FARIA GÓES – Bom dia a todos! Eu queria saudar especialmente aqui a Vereadora Aspásia Camargo, agradecer o convite pela participação. Gostaria de saudar o Vereador Roberto Monteiro, Relator, e agradecer o convite. Também quero agradecer a Vereadora Lucinha, aqui presente. Gostaria de saudar o Vereador Paulo Messina; o companheiro de luta, Benito Paret, no setor de tecnologia e inovação; Alice, minha companheira de Governo; o Secretário Guaraná, aqui presente. Enfim, estamos todos aqui por causa de um tema tão importante que é a questão do desenvolvimento econômico.

Eu preparei uma breve apresentação, que tem basicamente uma leitura do diagnóstico que fizemos da situação do Rio de Janeiro, da Cidade, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Tenho também uma proposta inicial de quais seriam aqueles setores e aquelas áreas mais importantes para o desenvolvimento, olhando um pouco o futuro da Cidade.

A primeira mensagem que eu queria colocar aqui do ponto de vista do diagnóstico é que, realmente, estamos com uma fotografia, como a Vereadora já colocou, muito preocupante – é assim que vemos os números frios aos quais temos acesso no que diz respeito à econômica da nossa Cidade. O Rio de Janeiro sofreu muito do ponto de vista econômico com a saída da capital, mas essa queda é contínua e presente na nossa Cidade. Acho importante termos essa consciência: estamos todos num barco que, hoje, não está com o rumo adequado nessa área de desenvolvimento, mas vamos encontrar uma forma de sair e uma nova espiral positiva para o Rio de Janeiro.

Realmente, as estatísticas são bastante impressionantes. Vou começar, então, apresentando um pouco esses números e comentando a nossa visão para essa área de desenvolvimento.

Primeiro: informações sobre a economia da Cidade. Eu queria ressaltar dois dados importantíssimos nessa leitura, que é, primeiro, a participação do PIB da Cidade no PIB brasileiro e o segundo que é a questão dos empregos formais, a formalização dos empregos.

Quando falamos em desenvolvimento, temos que falar sempre na combinação de emprego e renda. No fundo, o objetivo final de qualquer estratégia, na área de desenvolvimento econômico, tem que ser a geração de emprego e renda. A leitura do PIB, que é a geração de riqueza de um determinado local, de um país, de uma cidade, de um estado, e a leitura de emprego nos ajudam a entender para onde vai a cidade.

Então, se fala muito na saída da capital e que, a partir da década de 70, houve esse encolhimento da Cidade. Esses números mostram que a Cidade continua com uma dinâmica muito aquém do que gostaríamos que fosse. Então, como referência, a participação da Cidade no PIB brasileiro caiu de 6,2% em 2002 para 5,4% em 2006 – 2006 é o último dado disponível, por isso que paramos aí.

Então, colocamos outras capitais do Sudeste para fazermos uma comparação, porque não adianta compararmos com o Centro-Oeste, com o Nordeste, onde está havendo um crescimento maior, mas vamos pegar uma cidade que, talvez, tenha uma realidade comparável à nossa. A nossa perda, nesse período, foi superior, mesmo São Paulo que perdeu 0,8 percentuais, mas perdeu sobre uma base muito maior, que era 12,7, portanto, percentualmente, é uma perda menor, é metade da perda que tivemos. Ou seja, o Rio continua com o dinamismo; sua economia tem um dinamismo, em termos de geração de riqueza, inferior ao dinamismo das demais capitais do Sudeste – essa é a primeira constatação.

A segunda é a própria geração de empregos, quer dizer, uma economia que não é dinâmica, que não gera riqueza também não é capaz de gerar empregos para a sua população – e essa é a realidade que vivemos nesses últimos oito anos. Entre 2000 e 2008, esses dados são atualizados, o Rio saiu dos empregos formais, que é o emprego que nos interessa medir, que nos interessa ter uma atenção especial, porque a formalização traz externalidades à sociedade; ao contrário do emprego informal. Então, há uma evolução de 1.700 milhão de empregos em 2000 para 2.270 milhões, um crescimento de 3,4% ao ano... Quero saudar o Vereador Chiquinho Brazão, aqui presente.

Quero comentar o seguinte: o que chama atenção desse número aqui? É que tivemos, nesse período, a menor variação de empregos em relação às capitais do Sudeste, ou seja, foi a economia que menos gerou riqueza e menos gerou emprego para a sua população na Região Sudeste.

Então, é importante enfatizar essa mensagem, quer dizer, o Rio passou por um período de encolhimento muito grave nas décadas de 70 e 80, mas está presente nos anos recentes, ou seja, precisamos ter estratégias também para gerar emprego e renda na Cidade, pois nos parece ficou um assunto esquecido, como a Vereadora levantou aqui, ao longo desses últimos anos. Então, esse é o primeiro ponto que eu queria chamar atenção.

Depois fizemos uma análise setorial. Fizemos um levantamento por setores, de acordo com o Ministério do Trabalho, avaliando a geração de emprego em cada um dos setores: indústria extrativa, comércio, serviços. Sempre nessa comparação com as demais capitais do Sudeste, porque não adianta olharmos nossa Cidade sem ter uma base de comparação.

O que chama atenção nesses dados é o fato de estarmos atrás de todos os setores, com exceção da indústria extrativa mineral, como comércio, serviços, administração pública, construção Civil. Entre 1985 e 2007 – pegamos um período um pouco mais longo –, o Rio de Janeiro apresentou uma capacidade de geração de emprego formal inferior às demais capitais do Sudeste em todos os setores, inclusive na indústria, onde tivemos um encolhimento substancial no volume de empregos.

Então, chamo atenção para o fato de termos uma economia, com disse, menos dinâmica e menos dinâmica em todos os setores, com exceção da indústria extrativa mineral, pois aqui temos a sorte de termos a Petrobras e termos hoje 85% da produção de petróleo acontecendo no Estado do Rio, o que obviamente gera externalidades para a nossa Cidade. Então, é uma situação que chama atenção pela gravidade: não teve nenhum setor em que tenhamos tido um nível de produtividade superior a qualquer outra cidade do Sudeste.

Bem, no caso da indústria de transformação, a situação é ainda mais grave. Saímos na década de 80 de 350 mil empregos formais, mais ou menos em média, no setor industrial na nossa Cidade, para um pouco mais de 150 mil agora em 2008, ou seja, o Rio perdeu indústrias – diversas indústrias saíram. Listamos algumas aqui: Parmalat, Gillette, Johnson, Ceras Johnson, Glasson, Schering, Leite de Rosas, Souza Cruz, enfim, uma série de exemplos. Quando se levanta o porquê, a violência foi citada, em muitos casos, como sendo uma das razões, mas também a infraestrutura e o próprio ambiente de negócios. Houve, de fato, uma fuga muito grande, na nossa Cidade, das indústrias, o que afetou diretamente o emprego. Então, o emprego industrial foi diretamente afetado por todos esses fatores. E aqui temos uma fotografia grave, mas também nos leva a uma reflexão sobre que tipo de

cidade queremos para o futuro. Quais são os setores? Quais são as apostas que podemos fazer para o futuro?

Complementando o nosso diagnóstico, eu gostaria de colocar aqui alguns dados adicionais, exatamente, para ajudar nessa reflexão a respeito de onde estamos e para aonde vamos. A questão do desemprego medido aqui pelo IBGE... Essa é a taxa de desemprego divulgada pelo IBGE. O Município do Rio é o único Município do Brasil onde há estatística específica de desemprego, porque fizemos no IPP um acordo com o IBGE para conseguir medir o desemprego na Cidade do Rio.

A primeira coisa que chama atenção é que o desemprego no Rio é inferior às demais regiões metropolitanas do Brasil – essa é a base de comparação que temos aqui. Temos, historicamente, uma taxa que é 30% inferior ao desemprego das demais regiões metropolitanas. Vocês podem notar, no caso do Município do Rio, em 2008, 5,6%. Cresceu um pouco com a crise, nesse primeiro semestre, mas continuamos com uma taxa de desemprego inferior às demais regiões metropolitanas. Isso acontece porque o Rio tem, na sua base de trabalhadores, uma base importante de funcionários públicos, o que sustenta parte desse número. Temos um setor de serviços que também tem o seu vigor, levando esse número a ter, enfim, uma taxa que é melhor do que as demais regiões metropolitanas.

Então, é importante considerar o setor público nesse processo e, obviamente, a questão da informalidade, porque essa taxa de desemprego aqui mede qual o percentual de pessoas que estão em idade de trabalho e que estão procurando emprego.

Então, se a pessoa tem um emprego informal não entra nessa estatística, porque não aumenta a taxa de desemprego; ao contrário daquele outro número de empregos formais que eu comentei. Então, aqui há um componente da própria informalidade: as pessoas que encontram uma forma de sobreviver de forma informal, reduzindo este número aqui, mas também tem a questão do setor público que influencia diretamente nesse número.

Então, a princípio quando se olha a taxa de desemprego não chama atenção como sendo um problema – temos aqui uma taxa inferior às demais regiões metropolitanas. Depois vamos olhar a questão dos postos formais – isso já tinha comentado anteriormente. A capacidade de geração de empregos formais no Município, nos últimos oito anos, foi inferior às outras capitais do Sudeste – já comentei esse assunto.

Outro assunto importante para refletirmos é a questão do rendimento médio do trabalho formal, quer dizer, quanto ganha um trabalhador formal na Cidade do Rio em relação às demais regiões metropolitanas, de acordo com o IBGE? O dado é que, no Rio, o rendimento médio é superior às demais regiões metropolitanas – cerca de 25% superior ano a ano – e isso tem se mantido. Aqui, de novo, o fator setor público pesa. Temos aqui um peso importante do setor público, obviamente jogando esse número para cima. Mas também o fato de haver, no Rio, setores de alto valor agregado, como o setor audiovisual, o setor de turismo, o setor de tecnologia da informação que paga, em média, melhor do que os setores mais macios – vamos chamar assim –, o setor industrial e outros setores, fazendo com que o rendimento médio seja, realmente, acima.

Para mim esse indicador aqui, temos que buscá-lo manter, quer dizer, o Rio tem que manter essa liderança, que é um ponto positivo a nosso favor: estamos remunerando o trabalho da nossa Cidade melhor do que as demais regiões metropolitanas. Então, é uma vantagem que temos, e acho que temos que tentar manter essa vantagem, atraindo para cá os setores de maior valor agregado.

Agora, vem um dado que preocupa um pouco mais, que é o grau de formalização. Como é medido esse indicador? Pegamos o total de empregos formais na Cidade e o dividimos pelo total de empregos existentes na Cidade. Então, 57% dos empregos em 2008 eram formais e os demais 43%, ou um pouco menos de 43%, eram informais, ou seja, pessoas que sobrevivem através de uma ocupação informal – esse é um dado que nos preocupa.

Apesar de estarmos um pouco melhor do que as demais regiões metropolitanas é importante que se diga que a região metropolitana pega, tanto aqui no Rio como em outros locais, as franjas das grandes cidades, onde você tem um nível de informalidade muito grande. Como disse anteriormente, não existem dados – o IBGE não mede outras cidades, portanto não temos como comparar São Paulo, Vitória, Belo Horizonte. Estamos olhando a região metropolitana, porque é o único dado disponível. Mas a nossa suspeita é que o nível de informalidade de 57% é muito alto e o de formalidade é muito baixo, ou seja, o nível de informalidade é alto. Então, esse é um ponto que nos preocupa. Vemos que o dado está melhorando: saiu de 54% em 2005 para 57% em 2008, mas temos que fazer um esforço e programas específicos para buscarmos a formalização e melhorarmos esse indicador. Quanto à participação do PIB, já comentei anteriormente, portanto não vou repetir esse dado.

Vou passar aqui uma última informação: a visão por AP, que está na última página desse documento, que são as estatísticas do Instituto Pereira Passos, ajudando na reflexão também do ponto de vista territorial. É a última página, a página 11, que tem uma visão por área de planejamento da Cidade. Isso ajuda na própria reflexão sobre o macrozoneamento, sobre a discussão que vem a seguir, porque ficam muito claras as diferenças.

Temos, primeiro, o dado de população, onde, naturalmente, há uma concentração de 40% da população residente na AP3, a Zona Norte; AP5 com 26%; AP2 vem em terceiro lugar com 17%; e o Centro, AP1, apenas com 4,6%.

Então, chamo atenção, primeiro, para essa concentração populacional na AP3 e na AP5; no entanto, quando vamos ver os empregos, onde eles estão? Naturalmente o Centro concentra boa parcela dos empregos: 45%. Acho que esse dado não é ruim. É natural que os empregos estejam no Centro da Cidade, na chamada AP1.

O que chama atenção do ponto de vista de número muito baixo de empregos são AP3 e AP5. Área de Planejamento três tem só 20% dos empregos, ou seja, tem 40% da população e só 20% dos empregos. Na AP5 é mais grave: tem 26% da população e só 5% dos empregos. Então, isso tem 6,1% dos empregos. Obviamente isso tem implicação direta no transporte, na movimentação de pessoas, na própria qualidade de vida da população. Se os empregos concentram num determinado lugar, causa custos, externalidades negativas para a economia e para a qualidade de vida da população.

A realidade que eu queria colocar aqui, como ponto de reflexão sobre o Plano Diretor, é a distorção que existe na AP3 e, em maior grau, na AP5. Então, como podemos gerar mais empregos nessas duas regiões é uma questão para mim central nesse Debate em torno do desenvolvimento econômico na Cidade do Rio de Janeiro.

Distribuição de Renda.

Basicamente isso reflete o que está aqui colocado pelo IBGE. Reflete a realidade que já conhecemos, quer dizer, aqui não há nenhuma novidade. Naturalmente os setores mais carentes, por exemplo, com maior concentração de população de até dois salários mínimos está, em primeiro lugar, a AP5; AP1 tem hoje uma concentração razoável de até dois salários mínimos. E a própria AP3. Essas seriam as três áreas com maior parte de população com nível de renda baixo. Sem rendimento regular mensal: AP5 tem 11%, AP3 tem 8% e AP1 também tem 8,6%. Então, isso reflete a realidade que nós já conhecemos da nossa Cidade do ponto de vista da distribuição de renda.

E o IDH, que é o Índice de Desenvolvimento Humano, na realidade, é a soma de diversos indicadores, como educação, acesso ao saneamento, ao transporte. Ele, no fundo, mede a qualidade de vida das pessoas de cada uma dessas regiões. E aí está claro: quanto mais alto o IDH melhor a qualidade de vida; quanto mais baixo é pior. E aqui, mais uma vez, fica refletido o que nós conhecemos da realidade da AP3 e da AP5 com as menores realidades, sendo que AP5 tem o IDH mais baixo da Cidade: 0,78%, e a média do Município é 0,84%.

Então, acho que esses números, essas estatísticas ajudam nessa reflexão sobre a realidade da nossa Cidade. Eu comentei aqui um pouco sobre o esvaziamento que enfrentamos no passado e temos enfrentado nesses últimos anos; comentei sobre a questão das diferenças entre as regiões da Cidade, e agora vou falar um pouco sobre as perspectivas para o futuro, oferecer aqui uma reflexão, que temos feito no Governo, na Prefeitura, na Secretaria de Desenvolvimento e no Instituto Pereira Passos, a respeito das vocações da Cidade.

Eu gostaria de defender aqui essa questão das vocações, porque não adianta imaginarmos que o Rio será o campeão, será a capital, se destacará em tudo. Como tudo na vida, temos que fazer escolhas, temos que escolher prioridades – agora estou na página oito. Fizemos uma reflexão, no Governo, sobre essas escolhas e estamos propondo aqui uma perspectiva de cinco setores prioritários, além de uma atuação transversal na área de ambiente de negócios.

Primeiro, energia. Propositamente estamos colocando isso de uma forma ampla, não só o tradicional petróleo e gás, mas também a energia renovável, e as novas fontes de energia – esse setor está nascendo no Brasil e no mundo. O Rio tem uma vantagem importante, que é ser sede das grandes empresas. É sede da Petrobras, é das multinacionais que estão vindo para o Brasil nessa área. Além disso, temos aqui grandes centros de pesquisa. E aí eu queria chamar atenção do Seipe, Centro de Pesquisa da Petrobras, que está fazendo um investimento importante na Ilha do Governador, na Ilha do Fundão, está crescendo no Rio.

Acho que nós, o Governo e a Câmara, temos que dar todo apoio para o crescimento da atividade de pesquisa na área de energia, de novo, não só o petróleo e gás, mas também na área de energia renovável. Então, estamos propondo aqui que esse seja um setor prioritário, absolutamente prioritário na nossa economia.

Quanto ao turismo, naturalmente por gerar emprego, por ser a marca do Brasil no exterior, pela força da marca do Rio, pelos grandes eventos que já temos aqui, como o Réveillon, o Carnaval, shows, etc., também estamos propondo que seja tratado como um setor prioritário, que tenha políticas específicas, incentivos específicos para o seu desenvolvimento.

Achamos que, na indústria criativa, incluindo o audiovisual, a moda, o *design*, o entretenimento, já temos uma concentração importante, porque os principais técnicos profissionais e artistas moram aqui, pois o cenário do Rio de Janeiro é considerado pelos profissionais desse setor como absolutamente privilegiado para a condução de atividades nessa área, por ser o principal polo cultural do país.

Quanto à área dos esportes, temos uma agenda pró-ativa e uma agenda que está se consolidando como uma agenda de destaque no cenário nacional e internacional com o PAN, com os Jogos Militares, com a Copa do Mundo e, se tudo der certo, em 2 de outubro, com os Jogos Olímpicos em 2016. Sendo assim, temos também a oportunidade de nos transformar numa referência nesse setor, que é a área esportiva.

Quanto à nova economia, temos aqui o Benito que poderá falar um pouco mais sobre isso, mas hoje o Rio forma a maior quantidade de profissionais nesse setor, que é o de tecnologia no Brasil. Temos também a maior concentração de mestres e doutores na área de tecnologia e de inovação. Temos os grandes centros de excelência na área de ensino, como a UFRJ, a UERJ, a PUC e tantos outros mais, e centros de pesquisa na nossa cidade.

Então, somos uma referência na questão do capital humano, mas o estamos exportando demais para outros lugares. Então, acho que cabe aqui também um foco e uma atenção especial ao setor da nova economia, especificamente tecnologia, pesquisa e desenvolvimento. Vamos ter, inclusive, uma sessão, na sexta-feira aqui na Câmara, importante para discutir como dar incentivos e como trabalhar o setor de tecnologia na nossa cidade.

Finalmente, o quinto, é um setor importante para a questão da geração de empregos para a juventude, que é o setor de *call centers* e serviços terceirizados. Definindo rapidamente: *call center* é um serviço terceirizado. As empresas contratam esses *call centers* para prestarem o serviço; mas, mais do que os *call centers*, achamos que essa área de serviços terceirizados é uma área que está crescendo muito no Brasil e tem um potencial para gerar ocupação na nossa cidade.

Então, conscientes disso, já no início do governo, trouxemos uma proposta de um PL, de um projeto de lei na área de *call centers*, trazendo incentivos para esse setor. A Câmara aprovou muito rapidamente esses incentivos, reduzindo o ISS de 5% para 2% nas áreas incentivadas, sobretudo na Zona Norte da cidade.

A notícia que temos aqui, tanto do Sindicato, da Sintel, como das empresas e da ABT, que representa as empresas, é que já existem projetos bastante avançados. Esperamos que, até o fim do ano, possamos anunciar alguns desses projetos de instalação dessas empresas na Zona Norte do Rio. A perspectiva é de geração de empregos para a juventude. Acreditamos que podem ser gerados até 100 mil empregos nesses setores, ao longo dos próximos três anos. Portanto, é uma aposta importante que temos que fazer para a juventude, sobretudo, para aquele pessoal que não consegue ir para a universidade, que termina o 2º grau, mas está buscando a oportunidade de se formalizar.

Finalmente, uma atuação transversal, que é atuação em ambiente de negócios, ou seja, desburocratizar o dia a dia do empresário, sobretudo, do pequeno empreendedor. Lançamos, há pouco tempo, o portal Alvará Já. Agora é possível retirar o alvará pela internet. O interessado só tem que ter uma ida à Prefeitura para retirar, de fato, fisicamente, o seu alvará. Fora isso, todo o processo hoje é feito via internet. Temos também ações previstas para melhorar a qualidade da nossa fiscalização e também a própria agilidade na concessão de “habite-se” para empreendimentos comerciais. Então, aqui é um resumo por onde passa a nossa estratégia de desenvolvimento e as apostas que estamos fazendo.

Olhando para a nossa cidade e como esses setores se distribuem, eu queria comentar, primeiro, que o nosso Centro da Cidade é, naturalmente, uma área que concentra e polariza boa parte dessas atividades. Por exemplo, no setor de modas, São Cristóvão está se consolidando como um polo importante, onde os empresários daquela região já se organizaram e têm trabalhado no sentido de melhorar as condições daquela área para a atuação desse setor.

O setor de energia, naturalmente, está no Centro pela própria presença da Petrobras; o setor audiovisual tem uma presença no Centro, e queremos desenvolver na Região Portuária, inclusive, com uma escola técnica para o setor audiovisual, com a implantação de empresas nesse setor.

Quanto ao turismo, sobretudo o de negócios, mas também o cultural, o Centro tem importância fundamental e entretenimento também pela realização de eventos. A maioria das empresas – o Benito comentava comigo – de TI hoje estão aqui no Centro da Cidade. Então, o Centro tem esse conjunto de vocações importantes, definidas e que precisam ser incentivadas e desenvolvidas.

A Zona Sul tem uma combinação de turismo e entretenimento, dada a sua localização e fama internacional. Quanto à Zona Oeste – vou falar especificamente da AP-4 – achamos que, naturalmente, aquela região de Vargem Grande, Jacarepaguá tem um polo audiovisual estabelecido, com a Globo, com a Record e com as demais empresas lá presentes, com o turismo e o entretenimento.

Quanto à Zona Norte, com os setores de *call centers* e moda, sobretudo, com as grandes confecções, achamos que tem um potencial importante, além da atividade industrial também que se faz presente em algumas áreas da Zona Norte, sobretudo, Pavuna e também o polo industrial da Fazenda Botafogo.

Quanto à Zona Oeste, considero talvez a nossa situação mais grave, onde incluímos, por sugestão dos Vereadores, na AP-5, o projeto de incentivos aos *call centers*, mas a atividade industrial também deveria ser incentivada e desenvolvida. Por isso que, na página seguinte, comentei os distritos industriais e áreas específicas, porque podemos ter uma atuação de apoio ao Distrito Industrial de Santa Cruz, onde está havendo a implantação da CSA, Companhia Siderúrgica do Atlântico, que tem uma capacidade atual de geração de empregos muito importante e continuará gerando de 2.500 a 3.500 empregos na sua fase de operação.

Todas as empresas que estão instaladas ao redor do Distrito Industrial de Santa Cruz; Fazenda Botafogo em Pavuna – que já comentei – e a própria Zona Portuária, a qual acreditamos se tornará um polo importante de geração de empregos na cidade, com esse processo de requalificação que estamos trabalhando no Projeto Porto Maravilha. Então, esse é um resumo do que eu tinha para trazer e o dividi com os senhores e senhoras.

É um prazer estar aqui. Quero dizer que essa questão do desenvolvimento econômico está na hora de entrar na pauta, porque são muitos anos em que não se debate, não se discute. É um tema que não está sendo tratado; mas, agora, com a iniciativa dos *call centers*, esperamos que, em breve, com a questão de TI e tecnologia, com o esforço ao Porto Maravilha, com o apoio a esses distritos industriais, com o apoio à CSA, podemos, sim, começar a dar a volta por cima e trazeremos o crescimento, emprego e renda à Cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Dr. Felipe Góes, eu lhe agradeço muito.

Queria registrar aqui a presença do Vereador Eliomar Coelho; do Sepros, que está representado; do Sindicato de Empresas de Informática, a TI, que está aqui à minha frente. Temos também o Renetec, Armando Clemente, Gilberto Prado, Advogado e Membro da Câmara de Comércio Americana; Jaqueline Moraes, do Rio Como Vamos. É muito importante para nós acompanharmos esses processos de regeneração da nossa cidade. A Beatriz Oliveira e o Fábio Lima, da Câmara Comunitária da Barra. Com muito prazer, estamos também fazendo a ponte aqui com a Barra, porque às vezes há certa dificuldade – porque a Barra lá e nós cá –, acho importante essa presença, agradeço muito; Grazia de Grazia, Secretária Municipal de Habitação; Fernando Malheiros, Ailton Carolino, do Grande Oriente; Celinéia, Presidente da Amur da Urca, da Associação de Moradores da Urca; Rogério Gutierrez Gama, também do Rio Como Vamos; e da Famerj, o João Ricardo, o Mussa, o Fernandes e o Romero. Muito obrigada à Famerj por também estar aqui conosco.

Estamos recuperando o equipamento. Vamos fazer, agora, esse casamento do econômico com as macrozonas. Acho importante aqui a presença da Lucinha para testar um pouco. Vereador, estamos fazendo esse casamento, porque a ideia é que os macrozoneamentos... O macrozoneamento, que é o carro-chefe do Plano Diretor, não pode ser dissociado da revitalização econômica da cidade.

Então, é importante a opinião de todos aqui, especialmente a sua, sobre essa articulação do macrozoneamento com o desenvolvimento econômico, porque, na verdade, o macrozoneamento é uma divisão estratégica de ocupação espacial, mas também ligada, logicamente, ao dinamismo da região, às dificuldades e aos problemas sociais que essa região apresenta.

Então, o emprego foi visto. Eu queria que chegasse a V. Exa. o material. Será que temos uma cópia aqui? Vereador Eliomar, V. Exa. tem isso à mão? Foi a exposição do Dr. Góes, que é importante, inclusive, sobre a distribuição dos empregos, sobre certa perda de dinamismo econômico da economia do Rio de Janeiro, mas também sobre a distribuição dos empregos nas diferentes áreas. Então, isso seria importante para podermos entender essa dinâmica do macrozoneamento. Estará disponível na internet para todos.

Bem, enquanto esperamos aqui a recomposição... A tecnologia sempre é mais difícil, Benito. Ontem foi, também, uma tristeza! Mas enquanto isso, queria abrir o debate, dando a palavra ao Benito, caso queira fazer algum comentário, e depois ao público.

O SR. BENITO PARET – Bem, eu queria parabenizar a nossa Vereadora Aspásia Camargo, o nosso Vereador Roberto Monteiro, o Vereador Chiquinho Brazão, o nosso companheiro Vereador Eliomar Coelho, que está sempre acompanhando os debates. Quero parabenizar a brilhante exposição do nosso Secretário Felipe Góes que, realmente, foi muito boa – achei bem sintética e objetiva.

Eu só queria agregar pouca coisa a essa questão. Em 1990, o Rio de Janeiro reunia 60% do *softwer* nacional. Aí, tivemos o encerramento da reserva de mercado, naquela oportunidade, e tivemos, enfim, um governo federal que achou que estávamos no atraso. Tínhamos aqui grandes empresas, enfim, não vou dar os nomes das empresas, mas tínhamos – só para lembrar uma – a Cobra, com grande potencial e com grande desenvolvimento; e inúmeras outras empresas no desenvolvimento do *softwer*, tendo um papel extremamente estratégico para a cidade.

Aqui nasceu o desenvolvimento do computador nacional, o G10. Enfim, eu poderia fazer aqui uma história linda, mas o fato concreto é que, quando veio o encerramento da reserva de mercado, a indústria de *softwer* de serviço do Rio de Janeiro sofreu tremendo abalo. E isso pulveriza.

O Felipe se referiu ao fato de que produzimos mão de obra, investimos e exportamos mão de obra, mas a exportamos sem renda, a exportamos de uma maneira absolutamente predatória.

A Cidade do Rio de Janeiro tem mais de 10 mil micros e pequenas empresas na área de TI. Isso nasce em função de quê? Nasce porque muita gente não quis ir embora para outros lugares, acabou tendo que criar o seu PJ para poder operar e prestar o seu serviço.

É necessário recuperar o espaço, porque as capacidades, nas décadas de 70 e 80, permitiram que o Rio de Janeiro tivesse a liderança do desenvolvimento do *softwer* no país e permanecesse nas universidades, nos centros de pesquisa, na formação acadêmica, nos níveis de formação dos doutores e mestres. Hoje não temos mais do que 10%, talvez 5%, até porque a indústria do *softwer* se nacionalizou. Tivemos um problema muito sério na entrada de grandes corporações internacionais, que resultou no término da nossa reserva de mercado.

Então, a realidade é a seguinte: ou tomamos uma decisão ou teremos sérios problemas. As cidades em volta do Sudeste – se fizermos uma comparação das práticas de fomento utilizadas pelas principais cidades que o nosso Secretário Felipe citou –, vamos verificar que todas têm programas de fomento importantes para a área de TI, fomento de incentivos tributários, com alíquotas de ISS na faixa de 2%.

E ainda mais: temos uma realidade de fomento em que há a bioparticipação dos municípios, das capitais e dos estados, como é o caso de Minas, por exemplo. Eu fico até envergonhado, quando vejo os números dos investimentos que são feitos em Minas Gerais para o desenvolvimento do polo de TI, do Estado, da Cidade de Belo Horizonte. É impressionante! Muito brevemente, vão nos tomar o lugar, e com muita facilidade.

Quanto a São Paulo, nem comparo, porque São Paulo é São Paulo, mas se formos ver outros lugares, como os municípios do sul do país, como é o caso de Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis... Florianópolis inclui três municípios, Florianópolis, Blumenau, e Joinville. Se pegarmos esse conjunto, as políticas são extremamente agressivas para atrair e fortalecer o desenvolvimento do TI. Por quê? Porque é um problema extremamente claro: a convergência digital nos leva, num futuro não muito remoto, a que seja uma das áreas mais importantes e estratégicas para o desenvolvimento econômico do país, da cidade e dos estados. Não há como imaginar a mudança de paradigmas que de 10 anos para cá ocorreram e que ocorrerão ainda mais profundamente nos próximos 10 anos.

Então, colocar a prioridade da nova economia, como o Secretário colocou da questão audiovisual que, no fundo, se somam as duas; elas estão envolvidas dentro do conceito da nova economia, é uma questão estratégica para qualquer Plano Diretor na Cidade do Rio de Janeiro. Se não fizermos um esforço conjunto, de todos os setores: governos, universidades e empresas, passaremos a um lugar, em vez de exportadores, como já quase hoje em dia não somos mais, a menos importadores e usuários, o que realmente será uma grande perda para a nossa capacidade que temos instalada na cidade.

Era isso o que eu gostaria de contribuir e alertar da importância desse detalhe. O debate que teremos, na sexta-feira, especificamente na área do fomento dos setores de tecnologia, TI, tecnologia em geral, na Cidade do Rio de Janeiro, é fundamental para que consigamos encontrar um caminho.

Eu quero registrar aqui a grande alegria que vejo no Governo Eduardo Paes: retomar a questão do desenvolvimento econômico, colocando em quadros importantes à frente do desenvolvimento econômico e que, lamentavelmente, nos últimos anos, não tivemos com quem dialogar sobre esse tipo de aspecto. E hoje temos quadros de extrema importância na Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, que são realmente pontos fundamentais para termos o desenvolvimento num futuro muito próximo, e acreditamos que seremos bem-sucedidos.

Muito obrigado pela oportunidade, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Eu é que agradeço, Benito. Queria franquear a palavra aos membros da Mesa e aos demais presentes sobre essa primeira parte da exposição.

O SR. VEREADOR ROBERTO MONTEIRO – Bom dia a todos os presentes e à Mesa! Eu gostaria de falar mesmo ao final da segunda apresentação; mas, enquanto estamos com problemas tecnológicos, gostaria de tecer alguns comentários no sentido de ajudar o debate, até porque o debate foi muito contundente e muito profícuo, pois nos mostrou o perfil da cidade.

Acho que a questão do desenvolvimento econômico em si é fundamental. Não se discutia muito isso, e o Benito abordou bem esse ponto. Os meios de produção são fundamentais para a geração de empregos, dando uma capilaridade para a cidade enormemente.

Eu gostaria de dizer que o ponto modal de toda essa discussão, obviamente, é o ideal e o irreal. O irreal é aquilo que podemos, da nossa parte, incentivar para que possa se tornar realidade ou que comecemos a avançar. Isso significa: incentivo para trazermos novos empreendimentos, mas também como mantê-los aqui. Hoje também há a possibilidade e a perspectiva, apesar da crise mundial e de outros fatores que, às vezes, são externos, de aprofundarmos o debate nesse sentido.

O Brasil foi um dos últimos países a entrar na crise, e talvez seja um dos primeiros a sair dela – isso, por si, mostra que, efetivamente, o Governo Federal, no aspecto do desenvolvimento econômico, trabalhou bem, pensou bem e traduziu isso em realidade. Quando traduzimos isso para a Cidade do Rio de Janeiro, temos um fato fundamental, primordial e algumas medidas já vêm sendo tomadas pelo Poder Executivo: a questão do incentivo fiscal.

Acho que isso deve ser um ato permanente de manutenção, de visualização do Poder Executivo, aquele que formula a grande política pública para a cidade, mas também de sintonia com esse ambiente de negócios, que é fundamental para quem vai instalar o seu negócio na cidade e aquele que quer manter ainda o seu negócio na Cidade do Rio de Janeiro – isso é fundamental.

Muito se falou aqui da questão do setor de energia, que é uma realidade nossa. A energia é m grande fator nosso, e hoje temos a Petrobras, que é a oitava maior empresa do mundo. Basicamente falamos de Rio de Janeiro, quando falamos da Petrobras.

Temos uma grande dificuldade: a nossa cultura, por muito tempo, foi de pai para filho no sentido de que o seu emprego era garantido à medida que você tivesse um curso superior. Na verdade, hoje, essa realidade não é demonstrada dessa forma, por quê? Hoje muita gente que terminou a sua faculdade, que se formou bacharel em Direito ou é formado em Engenharia tem dificuldade de alocação no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho tem uma demanda – podemos perceber isso em vários contatos com os próprios sindicatos e sindicalistas – muito grande para os serviços técnicos. Hoje, por exemplo, a área naval tem dificuldade, quer dizer, ela tem demanda, mas há determinados empregos técnicos... Por exemplo, um soldador da indústria naval ganha R\$ 1.800,00, em média, no mercado de trabalho, o que é um bom emprego. Às vezes determinada especificidade dessa indústria não é contemplada pelo mercado de trabalho do Rio de Janeiro, porque não temos aqui como ofertar esse trabalhador.

Então, não incentivamos, por exemplo, a questão dos cursos técnicos profissionalizantes. Não estou dizendo que as medidas não estão sendo tomadas para que isso seja mudado; mas, de certa forma, essa é uma realidade que temos que nos adequar e fortalecer todas as vezes em que tivermos um debate para fomentar esse tipo de discussão.

Outro debate que acho importante, principalmente para o grande e médio empresário – isso conta muito. Acho que o Secretário Felipe Góes chegou a abordar esse tema: a questão da segurança. O Rio de Janeiro tem um ambiente para o empresário e para aquele que vem trabalhar e que gosta da cidade, mas há outra situação, outra realidade: a questão da violência. Isso não é uma coisa simples e – vamos dizer assim – não é um problema só da Cidade do Rio de Janeiro, mas também devemos olhar isso dentro de um modelo macro.

Eu ouvi, logo no início de sua explanação, a questão do quadro comparativo com a Região Sudeste, mas eu gostaria aqui também de ter a seguinte avaliação: muito se tem dito, pelo menos o Governo Federal... Há um ano tive notícias de que, no movimento de rodoviária Rio-São Paulo, havia muito mais saída de pessoas para a Região Nordeste, assim como a entrada de pessoas oriundas dessa região.

Acho que isso também é uma forma de avançarmos nesses mecanismos de observação, em função da distribuição de renda nacional. Quando falam do Rio de Janeiro: “Olha, o Rio de Janeiro não cresceu”. Mas como está essa distribuição de renda a nível nacional? Hoje há muito mais pessoas voltando às suas cidades de origem – não estou falando isso como alvo de discussão ideológica, não! Estou falando isso como constatação. Você vê as pessoas voltando às suas cidades de origem, fruto de uma política do Governo Federal, tentando preservar uma distribuição de renda que também joga – vamos dizer assim – programas importantes para as regiões, porque muitas vezes as pessoas vinham do Nordeste, com a perspectiva de melhoria de vida aqui nesta região.

Mas quando você vê que nós temos um dado, mostrando que muito mais pessoas estão voltando para essa região, o que isso significa na nossa economia? Será que isso, de certa forma, apesar de revelar um não-crescimento, mas do aspecto de desenvolvimento do país como um todo, e o Rio de Janeiro dando a sua contribuição, não seria positivo? Estou fazendo essa indagação, não sei se me fiz entender bem, mas acho que isso conta ponto em relação ao aspecto da distribuição de renda na maior amplitude de um debate, de um debate mais amplo.

Por fim, outra anotação que fiz aqui durante a intervenção, a questão do setor público. O Rio de Janeiro foi a capital nacional, o Estado da Guanabara, quer dizer, tem uma cultura do setor público. Aqui por muito tempo o setor público, como muito bem foi abordado pelo Secretário Felipe Góes, mostra uma realidade do Rio de Janeiro. Em função da perda do Estado da Guanabara, acho que também houve uma mudança – aí estamos falando de um período histórico –, em função do Estado da Guanabara não ser mais Estado da Guanabara, com a fusão, isso teve, obviamente, um reflexo. E durante um determinado período de tempo, também revela consequências sobre isso. Do meu ponto de vista, não vejo isso como perda, mas como ganho para a cidade.

Agora, como isso é encarado nesses instrumentos comparativos que foram feitos aqui? Isso foi levado em consideração? Até que ponto isso pode oferecer alguma – vamos dizer assim - mudança nesse quadro que foi apresentando em relação à questão do rendimento médio do trabalho formal? Essa é uma questão também importante. Isso, em dois anos é pouco, mas em 10, 15 anos, na perspectiva histórica, dará consequência. São essas as considerações que eu tenho a fazer no primeiro ponto. Passo a palavra.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Bem, vou pedir a todos que possamos ouvir, agora, a exposição da Secretaria de Urbanismo sobre o macrozoneamento. Alice, por favor.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS – Bom dia a todos! Eu queria agradecer a oportunidade de estarmos aqui, mais uma vez, discutindo o Plano Diretor, desta vez uma parte específica do Plano. Eu diria que sobre a política específica da Secretaria de Urbanismo da qual somos e a política de ordenamento territorial.

Na realidade, o macrozoneamento é uma parte dessa política, a parte mais importante, porque do macrozoneamento decorrem as demais medidas, e é uma coisa nova em relação ao Plano Diretor de 1992, porque o macrozoneamento que havia no Plano Diretor de 1992 apenas delimitava as porções do território consideradas urbanas, a área de expansão, a ocupação urbana e a área onde não poderia haver a ocupação urbana. Então, era um zoneamento estático, na verdade, era uma divisão territorial, sem nenhuma decorrência a não ser o próprio controle da expansão da malha, o controle da expansão física da cidade.

Então, em relação ao Plano Diretor atual, o território desta vez, nesta proposta, é considerado completamente urbano, porque não existe mais área que não esteja comprometida com a ocupação urbana, com exceção das áreas protegidas ou impróprias à urbanização por questões geológicas, etc. e que também já estão protegidas. De alguma forma, sempre há alguma proteção. Esse comprometimento com a urbanização, mesmo quando não existe, é regulado, de acordo com a capacidade do território de absorver uma densidade maior, seja de população, de atividade econômica.

A ordenação do território estabelece basicamente a ideia do controle da intensidade das desocupações, estabelecidas em função de premissas, que são a proteção ao meio ambiental natural e a paisagem, as densidades populacionais e construtivas que já existem, as características do ambiente construído, a capacidade da infraestrutura existente, projetada, a incidência dos vazios urbanos, a oferta de equipamentos, os padrões de urbanização existentes e que se quer promover, que é a segurança individual e coletiva, além das condições de mobilidade.

A ordenação do território dentro do Plano é dividida em quatro itens fundamentais: o estabelecimento do macrozoneamento, a consequente definição dos vetores de crescimento, a divisão territorial para fins administrativos de planejamento – essa é uma divisão territorial de outra natureza, e às vezes vejo que as pessoas fazem confusão –, e a identificação de áreas sujeitas à intervenção também decorre do estabelecimento do macrozoneamento dos vetores, alimentação de potenciais construtivos, que são os índices de aproveitamento do terreno que estão no Plano Diretor e são o teto, que é qualquer lugar que pode ter em relação ao potencial construtivo, ou seja, o IAD dentro do Plano Diretor não é o índice que vale para cada bairro, mas, sim, o máximo que pode ser estabelecido por meio de regulamentação em lei. O que vale para cada bairro é a legislação que está em vigor e geralmente o valor é menor do que está no Plano Diretor.

Pode seguir. O macrozoneamento é uma divisão territorial em áreas características e com características diferenciadas segundo fatores espaciais, econômicos, ambientais e culturais de infraestrutura. Ele tem um objetivo diferente das demais divisões territoriais de promover mudanças nos padrões de produção de utilização da Cidade e buscar o desenvolvimento de forma sustentável. O macrozoneamento reconhece desequilíbrios urbanos e busca compensá-los por estabelecimento dos princípios orientadores do processo de adensamento de expansão da Cidade, ou seja, existe uma ação vinculada à divisão espacial do macrozoneamento, quer dizer, ele não divide só para distribuir, só para dividir ou só para indicar um tipo de administração ou de condução. Ele divide para orientar ações. Esse é o objetivo do Plano do macrozoneamento. Então, para equilibrar padrões de ocupação, indicar prioridades, essa talvez seja a principal função do macrozoneamento, que é indicar prioridades para implementação de planos, programas e projetos, nortear ações de planejamento urbano, implementação de políticas, orientar o Poder Público na regulação de instrumentos e de gestão urbana, indicar prioridade de interdição e aplicação de recursos e direcionar investimentos privados, iniciativas relacionadas ao desenvolvimento urbano, segundo o interesse público.

Então, as políticas setoriais a ideia seria que elas estabelecessem critérios diferenciados para cada macrozona na Cidade, tentando equilibrar o que está desequilibrado. Então, por exemplo, o Felipe aqui apresentou chamando a atenção de distorções entre APs, a grande população na AP-5, por exemplo, baixa a oferta de emprego. Esse tipo de distorção – esse é só um exemplo – ele poderá ser corrigido através da divisão do território macrozona na implementação de qualquer das políticas. Pode ser a política de saúde. Por exemplo, a distribuição de equipamentos públicos, se na macrozona que tiver mais necessidade, passa a receber mais recursos.

A definição das macrozonas, ela é decorrente da caracterização e diagnóstico de diversos problemas, ou seja, nós vimos aqui o diagnóstico territorial das atividades econômicas e eu estava observando que eles refletem ou são refletidos na divisão das macrozonas. E assim como essa questão, diversas outras questões foram levantadas ao longo do estudo do Plano. A relação do Município com a Região Metropolitana é importante, porque aquelas duas macrozonas que ficam ao norte do Município, elas não acabam no limite do Município. Elas estão interagindo permanentemente com os Municípios que estão ao norte. Nós temos o Município cercado por três lados de mar, mas essa relação, principalmente aquela vizinhança da AP-3, é uma continuidade em todos os aspectos, a não ser administrativos.

Então, esses são exemplos de mapas que são utilizados no levantamento dessas questões. Os exemplos são de distribuição de renda. O primeiro mapa do lado direito aqui é a variação relativa da população. A gente observa que as áreas azuis são as áreas que esvaziam e as áreas vermelhas, as áreas que têm incremento de população. Então, a parte sul que depois vai se transformar na macrozona condicionada que é bem marrom, houve um grande aumento de população, enquanto que nas áreas da AP-2, da AP-1 e da AP-3, a gente observa decréscimo da população. E mapas desse gênero – isso aí é só um exemplo – a distribuição de favelas e loteamentos irregulares.

As favelas são o mapa da esquerda embaixo; da direita embaixo são dos loteamentos clandestinos. Aquele mapa em cima à esquerda das áreas baixas de maior fragilidade ambiental e o da direita em cima são das áreas acrescidas, áreas urbanizadas. A gente observa que as áreas que mais crescem em termos de extensão da malha urbana são as áreas da AP-4 e da AP-5. Isso é só para exemplificar.

E para esse mapa estar em destaque, é um mapa que ajuda muito a compreender a divisão das macrozonas, que é o mapa em que aparece, basicamente, a malha urbana, a rede viária, e a rede estrutural de transporte; quer dizer, a principal oferta de transporte está aí, e a própria relação desse Município com o restante da região metropolitana.

Então, foram criadas para esse fim do macrozoneamento, quatro macrozonas, a de ocupação assistida, que é a macrozona que pega a maior parte da AP-5. Elas não são coincidentes com as AP's, eu vou explicar depois o porquê.

A macrozona de ocupação incentivada, que pega a AP-3 inteira, um trecho da AP-1, um trecho da AP-4; a macrozona de ocupação condicionada, que pega a Barra da Tijuca e Guaratiba; e a macrozona de ocupação controlada, que pega um trecho da AP-1, o Centro, em Santa Teresa, um trecho, e o resto da AP-2.

Elas estão aí. Aí, dá para ver os bairros que compõem cada macrozona. De uma forma muito resumida, fala das condições de cada uma, por exemplo, a controlada, que é a Zona Sul, o Alto da Boa Vista e Santa Teresa, e parte do Centro, a parte que foi mais desenvolvida.

Boas condições e ocupação urbana, próxima da saturação do adensamento, intensidade do uso. A proposta é que para essa macrozona, seja o controle da densidade construtiva, racionalização do sistema de transporte, proteção paisagística e cultural e desenvolvimento pela reconstrução e pela reconversão de estruturas consolidadas; ou seja, a ideia é que haja um freio no adensamento e na intensificação das atividades econômicas também.

A macrozona de ocupação incentivada é a AP-3, entra o bairro de Jacarepaguá; a RA do Realengo; e o trecho da área portuária, o trecho de São Cristovão, Rio Comprido, Tijuca, a grande Tijuca de um modo geral. Ela tem boas condições de infraestrutura viária de transporte. Vocês viram naquele mapa, antes, que a rede principal de transportes está nesta macrozona, algumas áreas estão esvaziadas, ela é bastante diferenciada, porque ela é ampla. Há problemas sociais. A maior incidência, concentração de favelas, é nessa macrozona e carência de equipamentos públicos.

Então, a ideia de desenvolvimento para essa área é o incentivo à diversificação de usos, criação de moradias, incremento de atividades econômicas e criação de grandes equipamentos em áreas melhor infraestruturadas.

Eu podia fazer aqui uma relação, rapidamente, com a apresentação do Felipe, em que ele estabeleceu aqui, na apresentação dele, quando ele coloca os setores priorizados, para sustentar o desenvolvimento da Cidade, eu contei, aqui, ele tem oito propostas para essa macrozona. E, na realidade, quando ele joga na AP-3 e na AP-1, um série de proposições, com relação ao desenvolvimento de áreas econômicas, estão realmente contemplando estas diretrizes.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte: é que essas macrozonas têm essa intenção de estabelecer diretrizes para que cada política desenvolva as suas propostas, seus programas e seus planos, em função disso.

Para a controlada, ele apresentou duas, que foi aquela macrozona da Zona Sul, que eu apresentei antes, e para a assistida, uma; porque seria na verdade, ele estaria dividindo com a incentivada, na divisão territorial, que ele fez por AP.

Essa macrozona é a macrozona condicionada, ela pega a Barra da Tijuca e Guaratiba. É ambientalmente frágil, alto interesse paisagístico, infraestrutura insuficiente para resolver o adensamento populacional em curso. Favorece a aplicação de instrumentos onerosos, isso significa parcerias público-privadas, para estabelecer desenvolvimento.

O condicionamento do crescimento, a expansão do sistema viário, dos transportes, os equipamentos públicos, a proteção de áreas ambientalmente frágeis ao aporte de recursos privados, são as principais diretrizes para essa macrozona.

E, finalmente, a macrozona de ocupação assistida, que pega a Zona Oeste, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz; o crescimento populacional acelerado, tem baixo poder aquisitivo, de um modo geral; sem adequada proteção ambiental; e sem instalação de infraestrutura de transporte, serviços urbanos e provisões de moradias, também como deficiências.

A diretriz é a assistência ao crescimento populacional, com investimentos públicos, infraestrutura; acompanhamento da instalação dos complexos industriais, que a gente tem observado, especialmente, em Santa Cruz; e estimulatividade agrícola e proteção ambiental.

Decorrente do macrozoneamento, aparecem os vetores de crescimento, que são as indicações para onde a Cidade deve crescer e, na realidade, como isso deve acontecer.

A expansão do território, isso aqui para um entendimento, mais ou menos rápido, foi muito definida pela topografia da Cidade, que tem aqueles dois maciços da Tijuca e da Pedra Branca, que praticamente, forma uma muralha entre a parte norte e a parte sul do Município.

A partir do Centro, ela cresceu em duas linhas, em duas vertentes paralelas. Isso cria dois tipos diferentes de ocupação. A macrozona assistida, aquela área assistida da Zona Norte, ela tende a se reproduzir com os mesmos problemas e características na Zona Oeste, Campo Grande, Santa Cruz.

E o padrão de ocupação que mais, vamos dizer assim, de melhor renda, que se desenvolveu na Zona Sul, ele tende a se reproduzir para o lado oeste, pela Barra da Tijuca e, atualmente, chegando também à Guaratiba.

Então, os diferentes padrões de ocupação da Cidade foram condicionados por essa situação, que influenciou o processo de urbanização, não só temporal, quer dizer, ao longo do tempo, ela vai andando para oeste, ocupação da Cidade espacialmente; também como social, econômica e culturalmente.

O macrozoneamento reflete essa condição e baliza a definição de vetores de crescimento e dos limites de potencial construtivo por bairro.

Então, a ideia é quando os vetores de crescimento são estabelecidos, eles observam essa progressão histórica que a Cidade apresenta e observa também as condições atuais, ou macrozoneamento.

Então, os vetores de crescimento indicam que o crescimento se dará pelo adensamento ao longo das vias estruturais da macrozona de ocupação incentivada. Vocês observam aquelas linhas laranjinhas ali.

O outro ponto é a reconversão de edificações nas macrozonas de ocupação incentivada e controlada, ou seja, na Zona Sul, basicamente, no Alto da Boa Vista e parte dessa macrozona incentivada, que também apresenta áreas que deve... Porque isso também não é uma questão de ser... Vale para todo o território. Isso tudo tem que ser balanceado.

Então, a reconversão de edificações indica que a renovação vai ser contida dentro das estruturas existentes e um aproveitamento melhor dessas estruturas.

O terceiro ponto é a expansão da malha urbana, com aporte de recursos públicos e privados, nas macrozonas de ocupação condicionada e assistida. Ou seja, a ocupação da Barra da Tijuca, de Guaratiba, parte de Santa Cruz, precisa de uma assistência especial, porque são áreas sem infraestrutura, de alto valor ambiental e que tem sofrido uma pressão grande para ocupação à revelia da colocação desses equipamentos.

E o quarto é a ocupação de vazios urbanos, intensificação junto aos centros comerciais e vias estruturais, nas macrozonas de ocupação incentivada e assistida.

Só voltar um pouquinho. Aquele trecho que vocês viram chuleados, assim, listradinhos, verticalmente, é o trecho compreendido entre a Avenida Brasil e a rede da Estrada de ferro, que é o setor, principalmente, indicado para ocupação e adensamento na Zona Oeste. O adensamento não significa necessariamente uma verticalização, mas significa o aproveitamento da infraestrutura instalada; quanto mais a malha e a rede viária se expande, mais metros e quilômetros de infraestrutura têm que ser construídos e sempre com custo muito alto.

Uma outra decorrência do macrozoneamento é a definição dos índices do aproveitamento de terreno, que são os limitadores do potencial construtivo. Então, houve uma variação, uma alteração do Plano de 1992 para a proposta atualmente em discussão, e o que se observa é que pelas macrozonas, a variação respeita basicamente essa diretriz. As áreas amarelas são áreas em que não houve variação proposta; nas áreas verdes há uma variação para mais, para uma ampliação do teto e nas áreas vermelhas e rosas há uma diminuição. Então, a gente observa que a maior parte da macrozona controlada, Zona Sul e Centro, há redução e onde o verde é mais forte é na macrozona incentivada onde houve maior ampliação. As outras duas, a assistida e a condicionada, mantêm a maior parte do seu território com os IATs teto mantidos.

Penso que esse é o último assunto. As unidades territoriais são estabelecidas para diversos fins e têm causado, observo, uma certa confusão. A gente tem três tipos, basicamente, de unidades territoriais que não são novas, além do macrozoneamento, que é a única nova, que são os seguintes: Para fins de planejamento urbano ou de planejamento em geral o Município se utiliza das áreas e regiões de planejamento, e essas também são novas, desculpem, e do bairro. O bairro todo mundo conhece, sabe o que é, é uma unidade consagrada durante anos. A área de planejamento é uma espécie de macrozonas que foram criadas no PUB-Rio, que é o Plano Urbanístico Básico, da década de 70, o primeiro Plano depois da fusão da Cidade e da criação do Município do Rio de Janeiro, e toda a série histórica de dados, informações, medidas e referências de toda a descentralização do Município, há mais de 30 anos, se faz através das áreas de planejamento. Elas se consagraram como áreas para este fim, especificamente. Porém hoje, 30 anos depois, ela já não é 100% adequada para o

estabelecimento de diretrizes regionais de planejamento urbano e de desenvolvimento e então elas foram mantidas. Aí nesse mapa aparece, mais ou menos, a superposição, em cada cor está cada AP e uma linha preta mais escura estabelece o limite da macrozona.

Um outro conjunto de áreas, de unidades territoriais que são para fins administrativos, institucionais e de prestação de serviços, de um modo geral, são a área de planejamento propriamente dita, da qual já falei, as regiões de atuação das unidades descentralizadas dos órgãos municipais. Quer dizer, os órgãos municipais trabalham vários deles, de forma descentralizada, e há unidades que estão compatíveis com as APs e com as RAS, cujos limites coincidem mas se agrupam de forma diferenciada; a região administrativa que é uma herança, desde o tempo do Estado da Guanabara e o bairro novamente. Agora, para a indicação de diretrizes e uma visão inclusive estratégica de desenvolvimento, essas unidades não são suficientes. As áreas de planejamento são as de cor, ou seja, as azuis são AP-5, as amarelas são AP-4, as vermelhas são AP-2, as roxas AP-1 e as verdes são AP-3. As Regiões Administrativas estão perfeitamente contidas nessas áreas e os bairros, por sua vez, contidos nas regiões administrativas.

As unidades territoriais, que são as regiões de planejamento, foram criadas também no Plano Diretor, sendo uma proposta para que se faça planos regionais. Elas são decorrentes do trabalho do Plano Estratégico em que houve uma ampla discussão sobre as necessidades locais, de cada região, e observou-se que essas 16 unidades eram as mais adequadas para o estabelecimento de planos regionais. Os planos regionais têm a função de compatibilizar planos setoriais de cada área – saúde, educação, transporte, planejamento urbano –, enfim, todos, e trabalhar como unidades de vizinhança não tão grandes quanto as APs, porém agrupando bairros ou RAs que tenham alguma unidade com relação a isso.

Aqui nós vamos tratar, então, das unidades territoriais que são tratadas como referência quanto aos princípios e diretrizes na elaboração de planos, normas, programas e projetos urbanos. Independente de haver RA, bairro, região e área de planejamento, para a definição de diretrizes é importante o macrozoneamento específico. Nós temos dois tipos de unidades dessa natureza que são, além das macrozonas, as bacias e sub-bacias hidrográficas e aéreas que não têm uma coincidência com esses limites administrativos, mas também são consideradas na hora do planejamento. Essas unidades não interferem com a subdivisão do território em AP, Ra ou RP, matrizes utilizadas para fins institucionais, administrativos, técnicos e políticos, mas insuficientes como suporte à tomada de decisões de caráter urbanístico, como uma forma de propor o desenvolvimento voltando aquela ideia do início da exposição de influir na decisão, na priorização de

alocação de recursos, estabelecimento de diretrizes, maior ou menor adensamento, maior ou menor velocidade, mais equipamento público ou mais atividade econômica. Enfim, todas essas decisões deverão estar respaldadas no macrozoneamento. É basicamente essa a ideia.

Para terminar, o Plano Diretor estabeleceu também no Anexo III, as diretrizes, eu não sei se são diretrizes por macrozona, mas penso que é esse o nome, que foram solicitações colhidas ao longo do tempo do trabalho, nas Audiências Públicas que foram organizadas pela Secretaria de Urbanismo. Nessas Audiências foram estabelecidas prioridades que foram organizadas por macrozonas e colocadas no Anexo III do Plano.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Alice, muito obrigada. Nós vamos colocar isso na *Internet* e se houver algum problema nós também distribuiremos. Eu queria neste momento abrir para participação de todos. Dra. Cláudia Dutra.

A SRA. CLÁUDIA DUTRA – Bom dia. Eu queria saber primeiro com relação à questão do Município como todo o centro urbano. Isso me pareceu uma pequena contradição porque a gente, analisando a questão das políticas, há um capítulo, uma sessão dizendo. Sobre agricultura, pesca e abastecimento onde se diz, uma sessão dizendo sobre agricultura, pesca e abastecimento onde se diz, no Inciso 4, definir, módulo rural mínimo na Lei do parcelamento do solo. Primeiro, eu acho que a gente não pode fazer isso, é um entendimento pessoal, considerar como urbana toda a área do município, num município que tem uma fragilidade ambiental flagrante. Há necessidade que se preserve áreas para outros usos que não seja urbano. Então, me parece ser contraditório dizer que tudo é urbano, salvo excepcionalidades. Eu faria de outra forma, definindo talvez as áreas efetivamente destinadas a finalidades urbanas.

Então, como questionamento, eu queria saber como se resolve essa contradição de determinar o município todo como urbano e, ao mesmo tempo, dizer que ele tem área onde será definido como módulo rural.

Uma outra observação, é que eu acho que a senhora colocou bem a gente examinar o teor do Substitutivo 3, do Plano Diretor, que observa realmente muita dificuldade conceitual. É complicado, às vezes, nós que somos da área de urbanismo até esse entendimento uma das questões de difícil compreensão é exatamente essa subdivisão territorial e administrativa. Eu até sugiro que na redação final do Plano Diretor seja recolocada essa questão, por exemplo, da subdivisão territorial para fins administrativos. Essa divisão em AP, de Região de Planejamento, como a senhora bem colocou, são subdivisões administrativas e institucionais. A meu ver, ficaria muito melhor no sistema de planejamento de gestão do que como um conceito da unidade territorial.

Então, por exemplo, macrozoneamento é um conceito típico de ordenamento territorial, portanto deveria caber no capítulo do macrozoneamento.

Eu estou levantando essa questão porque isso já foi uma sugestão de que a gente possa, ao final desse processo, sugerir uma revisão na distribuição das matérias e dos capítulos do Plano Diretor. Eu acho que faltará, no final, uma proposta de reestruturação do texto sem, obviamente, entrar em questões de conteúdo, mas para que tenha maior clareza conceitual, maior facilidade de compreensão por aqueles que vão ler.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Vereador Eliomar Coelho.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Inicialmente, bom dia para todos e para todas. Quero cumprimentar todos os membros da Mesa, em especial à Vereadora Aspásia Camargo, bem como a todos os presentes.

Ouvi a intervenção do Benito, ele fazendo elogios ao Prefeito exatamente por ele estar colocando na agenda a discussão sobre a vida da Cidade do Rio de Janeiro. Eu louvo também essa iniciativa. Não posso, de forma alguma, deixar de louvar essa iniciativa de trazer, coisa que não se fazia nesta Cidade há muito tempo, ou seja, discutir a Cidade. Não se discutia a Cidade. Então, agora nós estamos discutindo a Cidade. Isso é realmente louvável e merece o aplauso de todo mundo. Entretanto, eu tenho algumas considerações que gostaria de colocar.

Nós temos, se quisermos fazer esse trabalho com seriedade, que considerar isso aqui como um ponto de partida. Fiz uma intervenção numa Audiência e depois ouvi que houve pessoas dizendo que eu era romântico, que eu queria discutir, discutir e só discutir. Não é nada disso! Eu quero trabalhar com seriedade! Nós temos responsabilidade como legisladores desta Cidade. Eu não posso é andar amanhã, nas ruas, sendo cobrado por um ato irresponsável de ter trabalhado de forma atabalhoada, de não ter discutido mas apenas aprovado um Plano Diretor ou aprovado uma intervenção enorme na Cidade do Rio de Janeiro.

Eu volto a afirmar que considero isto aqui como um ponto de partida. Além desse posicionamento, um ponto de partida, nós não podemos de forma alguma discutir a Cidade com este número de pessoas, por mais qualificadas e por mais especializadas que sejam as pessoas aqui presentes. Não estou, de forma alguma, questionando isso. São pessoas preparadas, são pessoas preocupadas, inclusive, que aqui vieram, mas não temos aqui, de forma alguma, a representação da essência do pensamento da vivência nesta Cidade do Rio de Janeiro. Eu acho que isto tem que ser ampliado! Primeiro, não podemos fazer debates nesta hora! Segundo, temos que ir aos locais!

Por exemplo, a questão do macrozoneamento. Foi feita uma exposição sobre o macrozoneamento. Quem é especialista, quem é do ramo, entendeu. As pessoas que não têm uma certa familiaridade não devem ter entendido muito bem e aí, quando a Cláudia levanta a questão, eu penso que com muita propriedade, o que acontece? Eu quero saber qual a justificativa técnica e conceitual e em que se baseou exatamente para definir essas macrozonas. Por exemplo, foi apresentada aí a macrozona controlada. Quer dizer, macrozona controlada pega Méier, Jacarepaguá, etc. e inclusive a exposição dizendo que não vai haver verticalização. Ora, se vai haver adensamento, como é que não vai haver verticalização? No fundo, no fundo, o que se fez aí foi um recorte regional da Cidade onde há 6 milhões de pessoas morando.

Então, se dividiu em quatro zonas: zona controlada, zona assistida, etc.. E o que acontece é o seguinte – ouviu, Alice? – e quero falar também para você, Cláudia, porque quando nós fizemos o Plano Diretor que nós dividimos isso em áreas de planejamento, em regiões administrativas, em unidades espaciais de planejamento e bairros, mas se você for ver lá no de 1992, para cada área de planejamento estão definidos parâmetros urbanísticos.

Quer dizer, eu aqui vou fazer isto com um certo conhecimento, porque foi um estudo que durou mais de um ano. Equipes da Prefeitura trabalhando em cima disto e discutindo, inclusive, com a população; várias audiências públicas. Eu tive oportunidade de assistir nessa Cidade para discutir exatamente, então, por exemplo, o Projeto de Estruturação Urbana praticamente desapareceu. Esse projeto está substituído por Plano de Estruturação Urbana que será feito ou não a bel prazer do desejo do Executivo, quer dizer, eu discordo disso. Você colocar uma área de crescimento controlado onde já está adensado.

Eu sou morador do Bairro de Botafogo e digo que eu moro num bairro que é exemplo de caos urbano. Por quê? Porque exatamente lá começou a se colocar as casas abaixo, começou a se autorizar construção de edificações de dez, quinze, vinte pavimentos, cuja infraestrutura projetada e instalada não suporta cada demanda.

Então, como é que você vai ter uma zona controlada numa área que já está adensada, sem você ter trabalhado e sem ter um conhecimento – pelo menos acho – da infraestrutura instalada. Então, tem uma série de coisas que a gente tem que tratar. Agora, para tratar isso, nós não podemos tratar e considerar isso daqui como o início e o fim da discussão, porque senão o negócio fica realmente a desejar e muito.

Então, é interessante, por exemplo, no anterior existia um artigo que dizia o seguinte: o território municipal será ordenado para atender as funções socioeconômicas e ambientais da Cidade de modo a compatibilizar o desenvolvimento urbano com o uso e ocupação do solo, suas condições ambientais e a oferta de transporte, saneamento básico nos demais serviços urbanos. E aqui vem um parágrafo único que foi retirado. Isso daqui são emendas que estou apresentando. Todo esse volume aqui são as emendas que estou apresentando. Eu estou apresentando a restituição disso daí. Nós não podemos de forma alguma considerar recorte espacial com ordenamento do território. São coisas distintas.

Eu não vou me estender, mas gostaria de fazer a seguinte solicitação: que nós fizéssemos outras audiências, que nós ampliássemos, que nós fôssemos conversar. A gente tem que ouvir o morador. Se nós não ouvirmos o morador, fica muito difícil. Ouvindo o morador, eu não estou querendo de forma alguma desacreditar da capacidade e competência dos técnicos que trabalharam isso daqui. Não é isso. A academia, por exemplo, tem que dar uma contribuição importante até para desenvolver aquilo que a sociedade gasta na formação de quem lá está. Mas nós temos que ter a leitura de quem vive o dia a dia lá no local. Aquele que está sabendo onde o calo está apertando no sapato, nós temos que ouvir. Se nós não ouvirmos esse cidadão, isso daqui vai ficar capenga. Porque ficou um negócio de técnico só. A técnica é importantíssima, mas a técnica, ela tem que ser submetida à política. Se não for assim, então, não adianta.

Então, eu gostaria de deixar essas considerações, porque realmente está havendo uma justificativa de que o ano que vem é ano eleitoral, então, tem que votar isso imediatamente esse ano. É irresponsabilidade total e absoluta esse tipo de afirmação. Que me perdoem as pessoas que assim emitem sua opinião, mas nós não podemos, de forma alguma, ser submetidos a discutir como que essa Cidade deva se desenvolver, como que ela deva crescer, como que ela deva atender exatamente o morador, o usuário dela, com uma condição melhor de vida. Nós temos que fazer isso com a participação de todos e temos que fazer isso com uma certa paciência. Não pode ser a velocidade acelerada, porque aí realmente não vai dar bom resultado.

Então, eram essas as considerações que gostaria de inicialmente fazer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Vereador Eliomar Coelho. Vamos ouvir agora o Heitor Ferreira de Souza, por favor.

O SR. HEITOR FERREIRA DE SOUZA – Sou Heitor Ferreira de Souza, aposentado da SMU, com uma larga experiência em treinamento por esse país todo e me sinto na obrigação de colaborar nesse processo. Inclusive, até já elaborei um documento fazendo algumas propostas e observações sobre o Plano Diretor que apresentei na SMU, por força de ética, porque antes de apresentar aqui, fiz questão de apresentar na SMU, já que é uma visão crítica. Isso já foi encaminhado a partir de uma Audiência feita no CREA que, à semelhança, mais uma vez concordando com o Vereador Eliomar Coelho, infelizmente lá só tinham vinte e cinco pessoas, aqui eu contei trinta, quarenta pessoas, de tal forma que isso não é significativo. Concordo totalmente com as observações do Vereador Eliomar Coelho. Uma forma de resolver isso infelizmente cabe à organização. Nessa linha de preocupação, também ouvindo aqui as apresentações, e cheguei atrasado, infelizmente, da parte econômica, mas, por exemplo, observei que ele fez uma citação quanto ao desenvolvimento das atividades científicas no Bairro de São Cristóvão. Isso eu assisti em uma reunião lá na UFRJ, inclusive, com a presença do Secretário. No entanto, a proposta não prevê isso no Plano Diretor. Prevê para o Bairro de São Cristóvão uma outra atribuição. Essas coisas, esse conflitos são naturais, mas nós estamos invertendo o processo aqui. Primeiro, nós temos que ter o domínio das questões econômicas e sociais. A própria Lei Orgânica do Município propõe isso, que o Plano Diretor seja resultante do conhecimento do desenvolvimento do Município sob todos os aspectos, principalmente econômicos e sociais e que, uma vez conhecido isso, nós temos que fazer um Plano Diretor que preveja o uso do solo, como localizar as atividades de forma eficiente, para que possam funcionar corretamente. Então, esse defeito está acontecendo, a meu ver. Nós estamos invertendo as questões. Nós estamos tratando do aspecto urbano, ou coisa parecida, antes de ter o conhecimento pleno dos fatores determinantes, que são os econômicos e sociais.

Não tive oportunidade de ler o texto que foi fornecido hoje aqui. Por exemplo, no caso do macrozoneamento, que tem um capítulo aqui, não vejo a discriminação dessas zonas, subzonas, regiões. Não vi no texto, sinceramente. Então, esses aspectos acho que são importantes. Eu diria, Presidente Aspásia Camargo, que eu, como técnico, e outros técnicos que estão aqui presentes, teríamos condição de dar contribuição direta, vamos chamar assim, tecnicamente, ou coisa parecida. A decisão política deve ser tratada com os setores políticos da Câmara de forma a não ser contabilizada com a decisão técnica, como o próprio Vereador Eliomar Coelho também. Eu sou um técnico com alta especialidade e tive dificuldade de entender a apresentação. Primeiro, porque o som é impreciso, a pessoa não entende direito. Acho que uma simples leitura que está sendo apresentada não é suficiente para se entender e debater o problema. Então, a forma como

nós estamos conduzindo esses trabalhos tende a ser ineficiente e não produzir o resultado que se pretende. Então, acho que vale a pena ser rediscutida a forma de tratar os assuntos complexos tecnicamente e politicamente, sob todos os aspectos. A forma como o Vereador colocou, tudo bem. Eu também sinto a necessidade de se ter um mecanismo de contribuição para o cidadão em geral e aqui nós temos pessoas que podem dar a sua contribuição. Tudo indica que tiveram hoje acesso a esse texto e nem tiveram tempo de lê-lo suficientemente. Estamos discutindo muito em cima do discurso. Discurso é aquilo que a pessoa fala, entra por aqui, sai por ali, e não sobra quase nada. Isso é importante e tinha que ser discutido com domínio, com controle sob todos os aspectos. É uma sugestão que eu faço à Câmara, que ela repense a forma de conduzir esses trabalhos. E fico à disposição, quando necessário.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada.

Eu passo, agora, a palavra a Armando Clemente, da Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro.

O SR. ARMANDO CLEMENTE – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de saudar a Mesa e parabenizar pela iniciativa desta Audiência Pública.

Eu tomei conhecimento na sexta-feira desse documento que seria discutido hoje.

A Rede de Tecnologia é uma associação sem fins lucrativos que congrega 46 instituições no Rio de Janeiro. E a nossa principal missão é fazer articulação entre a oferta e a demanda de tecnologia. Temos um conjunto expressivo de universidades, centros de pesquisas, institutos e agências de fomento da Cidade do Rio de Janeiro.

Dentro desse espírito, na sexta-feira, eu contatei – temos essa tecnologia da *Internet*, que é interessante – todos os nossos associados no sentido de colher sugestões e informações com base nesse documento. E com base nesse documento, eu gostaria de sugerir, na parte específica de desenvolvimento econômico, o Artigo 189, no item 4:

(LENDO)

“Promover o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico em inovação com a atenção especial para as micros, pequenas e médias empresas.”

Eu gostaria de sugerir a palavra “geração e apoio” para as micros e pequenas empresas.

No Artigo 189, na subseção 2, de diretrizes, eu gostaria de acrescentar o item 4-A, que é a definição de zoneamentos específicos para apoio à questão da inovação tecnológica, com o desenvolvimento de atividades na área de inovação tecnológica.

E no Artigo 190, eu gostaria de incluir mais um item, para o apoio aos ambientes propícios à inovação. Acho que está faltando isso.

E na apresentação do Secretário Felipe, no *slide 7*, foi colocado só o Centro da Cidade do Rio de Janeiro como uma concentração grande de empresas na área de TI. Na Barra da Tijuca, se pegarmos o Citty América como um centro e criarmos um círculo, existem aproximadamente 100 empresas de TI, empresas importantes, com destaque para a Cisco, que é a grande empresa mundial hoje na área de redes. Então, temos uma concentração grande ali na Barra da Tijuca de empresas de TI. O Rio tem claramente dois polos – Centro do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca.

Outra coisa que não deu tempo de ver e discutir com todas as empresas associadas à Rede de Tecnologia é a questão do desenvolvimento científico-tecnológico da Cidade. Eu acho que podemos contribuir muito para esse tipo de documento ouvindo essas instituições. Desde já me coloco à disposição para ajudar nesse tipo de trabalho.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada.

Armando Clemente, o senhor deu uma grande contribuição. Todas as suas sugestões estão aqui anotadas.

Eu acredito, inclusive em parte respondendo às indagações do Vereador Eliomar Coelho, que o Rio de Janeiro hoje é uma cidade adormecida, apática, fragmentada. É triste ver isso. A fragmentação. Como é difícil colocar as pessoas juntas! Como é difícil discutir juntos. O esforço é muito grande. Então, quando nós temos lideranças que têm, por exemplo, acesso às redes, é fundamental que essas lideranças se mobilizem. Nós temos tempo ainda suficiente para que isso aconteça. É preciso que esse dinamismo apareça. Por exemplo, ontem, para discutir transporte, nós tivemos a Casa super lotada. Hoje, para discutir zoneamento e desenvolvimento econômico, nós já não tivemos o mesmo interesse. A questão do desenvolvimento econômico jamais aparece. Eu estou aqui há seis anos nesta Casa, eu praticamente nunca vi três reuniões, três discussões de projetos especiais, discutindo o desenvolvimento econômico. Não é um tema que esteja na pauta política da Cidade.

Então, nós temos que trazê-lo para a pauta política da Cidade. Eu acho que a grande questão é que nós entramos agora com a Ciência e Tecnologia juntas. Tenho a honra de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, ela não é mais um corpo a parte. Ela está integrada pela via da inovação à questão de desenvolvimento econômico da Cidade. E logicamente a questão de zoneamento é também complexa. Não vamos arrastar multidões para discutir zoneamento. Agora, podemos, sim, arrastar inteligências. A inteligência não está aqui. Por que é que o IAB não está aqui? Por que o Ipur não está aqui? Eles foram várias e múltiplas vezes convocados, inclusive eu, pessoalmente, liguei. Então, há também uma questão crucial a ser considerada, que é o interesse das pessoas em participar. Eu não posso obrigar alguém a participar. Mas às vezes essa participação se manifesta, não é? O Vereador Eliomar Coelho, por exemplo, é um participante. Ele está sempre presente em todas as reuniões do Plano Diretor. Portanto, ele é um líder nessa área. Não há dúvidas, sempre foi e continua sendo. Agora, por que é que o IAB não está? Por que é que o Ipur não está? Eis uma questão!

Nós, da Comissão do Plano Diretor, eu e o Relator aqui presente, temos que discutir essa questão. Como trazer para a Mesa aqueles que não vieram? Espero que o Vereador, inclusive, nos ajude nisso, porque ele tem uma série de conexões importantíssima na Cidade.

Eu queria também comentar e reforçar aqui a pergunta sobre a agricultura.

Eu vi nos dados que acabaram de ser expostos por Felipe Góes, que a agricultura é um dos maiores retrocessos que o Rio de Janeiro viveu de todos aqueles indicadores econômicos que estavam expostos. Houve, digamos assim, uma vontade política de acabar com a agricultura. Em algum momento o Estado do Rio de Janeiro abandonou a agricultura e a Cidade do Rio de Janeiro também. Eis uma questão que me parece da maior importância. Hoje, por tudo que eu tenho lido na área internacional, é quase uma diretriz mundial que as cidades tenham os seus pontos de apoio na agricultura, até por uma questão de segurança alimentar. E por que é que nós abandonamos isso, tendo áreas ainda livres e tendo também lideranças importantes daquelas antigas colônias japonesas, alguns grupos de agricultura orgânica? Então, deixo também isso registrado aqui.

Passo a palavra, agora, ao Romero de Souza, da Famerj, que vai falar em nome dos vários representantes aqui presentes.

O SR. ROMERO DE SOUZA – Senhoras e senhores, ilustríssima Mesa, Vereadora Aspásia Camargo, que não me conhece, mas eu a conheço há 12 anos – ex-professora de José Miguel, de Caxias, na questão do Meio Ambiente, na UFRJ, na Praia Vermelha.

Meu nome é Romero. Sou do núcleo de moradia da Famerj, que é a Federação da Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, e morador de favela há 57 anos, aqui em cima, em Santa Teresa. E eu não tenho brasão nenhum; o meu grau de estudo é a quarta série primária. Mas entendo perfeitamente o lado que está o saber popular e o outro lado que está o saber técnico e acadêmico, como bem disse o nobre velho e companheiro Vereador Eliomar Coelho, de lutas da reforma urbana, Plano Diretor, Estatuto da Cidade e várias caravanas da moradia a Brasília.

Eu queria dizer o seguinte: primeiro lugar, quero fazer minhas as suas palavras, Vereador Eliomar Coelho. Quando ouvimos num espaço público, principalmente numa Casa Legislativa, como a Câmara de Vereadores: “Ah, que nós vamos fazer isso ou aquilo para a Cidade, está faltando isso ou aquilo nesta Cidade, temos que mudar isso ou aquilo nesta Cidade”, tenho aqui duas ou três interrogações: primeiro, de qual cidade estamos falando? É da cidade legal ou da cidade marginal? É da cidade legal ou da não cidade? Primeira interrogação. Segundo ponto: se nós moradores da cidade marginal, da cidade legal ou da não cidade fôssemos esperar pela produção do Poder Público, já estaríamos mortos, há centenas de anos, porque o Poder Público não formula políticas na área de política habitacional, principalmente para o pobre.

Então, quem traz solução de moradia é o pobre, senão não existiriam as favelas e os loteamentos clandestinos na Zona Oeste, chamados ocupações do solo urbano. Está certo? Está aí o Estatuto para comprovar que não saiu da cabeça de nenhum acadêmico. Saiu do movimento popular de pessoas como eu. E sofremos durante 14 anos para acompanhar a tramitação em Brasília para fazer aquilo virar lei. E hoje está aí o Estatuto da Cidade sofrendo nova tentativa de ser rasgado. Então, fica complicado.

Nós viemos para cá pensando que vamos contribuir com o Debate. Não somos bobos, mas sabemos exatamente de que lado está a lei, de que lado está a Justiça. Lei é para pobre e Justiça é para rico. Nós sabemos disso. Nós sabemos quem que faz a ocupação, a produção e a reprodução da cidade no campo legal. Sabemos direitinho. É uma mágoa, por isso estamos trazendo essas preocupações. São preocupações que temos, sim. Eu só não digo que estou aqui representando a população da sociedade legal porque eu não cometo esse erro de querer representar sem ter a procuração. Então, eu me apresento, eu não represento. Fica complicado, porque na cidade não mora só o cidadão ou a cidadã do mundo acadêmico, não mora só o legislador, não mora só o executivo. Esta é a minoria da população desta cidade, porque a maioria é constituída de grandes sofrendores abandonados pela própria sociedade e que estão lá na Zona Oeste e nas favelas da Zona Norte, da Zona Sul e do Centro. Já há sete favelas lá na Barra da Tijuca. Se quiser, eu dou o nome das sete. Então, essa é

a grande maioria, que nunca consegue ter participação nas decisões dos destinos desta cidade. E não é porque não quer participar, não. Muito pelo contrário. Ela só quer participar, só que ela é proibida por vários vieses, vários motivos e várias pirotécnicas. Por exemplo, lá na favela nós somos acuados por três forças. Antigamente era só pela representação do Poder Público. Nós vínhamos bater panela na porta da Câmara, ou do Palácio da Cidade, ou do Palácio Guanabara. Hoje, não. Hoje temos que enfrentar o narcotráfico, a boca de fumo, enfrentar a milícia e temos que enfrentar a polícia, que é um marginal fardado, um bandido fardado, porque só sobe lá para matar gente. E aí nós não conseguimos chegar aqui e nem conseguimos fazer com que a informação chegue até nós, porque temos que passar por esses três obstáculos, isso quando consegue-se passar, para chegar até aqui. É por isso que ao olharmos os presentes duvidamos que haja aqui cinco favelados. Duvido! Duvido que haja aqui três moradores da região da Zona Oeste na parte pobre. Pode ter da Barra da Tijuca, que é a Zona Oeste, também. Mas as pessoas que moram lá, negam que são da Zona Oeste. Duvido! Então, eu sei o que estou falando, porque eu vivo lá. E só sabe quem sente. Só sente quem vive aquilo lá.

Então, eu não sei se no campo do altruísmo eu consideraria isso aqui como Audiência Pública. No campo legal, claro que sim, porque não sou nenhum besta. Posso saber não contar até dez, mas até três eu sei contar. Para eu chamar isso de Audiência Pública eu teria que ver aqui a representação dos vários segmentos sociais que compõem esta sociedade, quer seja o morador de favela ou o morador da ocupação de terra, o morador da Zona Oeste, toda forma de representação, toda forma organizada, para poder estar externando aqui o seu pensamento: “Ah, eu acho assim, eu penso aquilo, eu penso assado.” Acho que não vale só eu vir aqui, lá do lado da não cidade, fazer uso da palavra nesse microfone bonito, mas sem sequer que aqueles que estão lá saibam o que eu estou fazendo aqui. E eu não tenho coragem para isso. Eu só fiz questão de me inscrever porque, sinceramente, me senti agredido, porque apesar de terem me proibido e a todos os meus pares de adentrar ao mundo acadêmico, esqueceram que fomos nós que produzimos aquilo lá. Porque na hora que vão fazer suas teses, sobem as favelas ou então vão lá para os bolsões da miséria para poder construir suas teses de mestrado. E nós até hoje não vimos retorno nenhum. Então, eu nego qualquer forma de representação do mundo acadêmico enquanto à nós não se retraírem, porque se nós vivemos na mesma cidade, debaixo das mesmas leis, essas leis têm que ser iguais para todos, senão não valem. Senão essa partida de futebol não vale, perde a validade. Tem que ser imparcial. Não pode ser na parcialidade.

Quem está falando aqui é um cidadão que só tem a quarta série primária, que só conseguiu se sentar no banco da maior escola, que é a escola da vida.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Romero, eu agradeço muito ao senhor. Quero convidá-lo para outras Audiências Públicas, também. Eu não acredito que essa visão do mundo acadêmico como hostil às comunidades seja justa, porque o mundo acadêmico, hoje, é extremamente solidário com as comunidades e tem lutado muito no campo das ideias, mas também no campo da manifestação política em defesa de uma cidade unida. Então, eu acho que nós podemos caminhar nessa direção. Eu tenho pensado sinceramente que cada comunidade ou cada conjunto de comunidade espacialmente ligada pode ter o seu Plano Diretor. Como é que nós vamos, numa cidade de seis milhões de habitantes, com mil comunidades já registradas, submetê-las a políticas urbanas sem definir o seu Plano Diretor Especial? E eu acho que aí é que as coisas podem ganhar uma consistência muito grande, porque nós não vamos conseguir, infelizmente. Não há possibilidade de conseguirmos juntar esta cidade toda no mesmo lugar, na mesma hora, Então, uma das maneiras é dividir os temas. Esse tema da habitação vai ser discutido aqui. É importantíssimo que vocês estejam. Mas não só da habitação. Eu acho que especialmente as comunidades precisam ter os seus Planos Diretores. Eu não acredito que uma política de pouso, tal como ela vem sendo concebida, seja capaz de resolver essa duplicidade, porque nós não temos realmente os mesmos critérios. Esse problema que o senhor levantou, é um problema que nos comove, que nos toca profundamente, da sensibilidade, da dificuldade do ir e vir, com tantos problemas como milícias, como o dito marginal fardado, como a boca de fumo e etc., isso fica registrado. Queremos a sua presença como de outros companheiros seus, para nos ajudar a percorrer esses temas de maneira mais profunda do que aquela que vinha sendo desenvolvida até agora. Acho que milagres não vamos fazer.

Mas temos de comemorar o fato de que pessoas começam a achar que é possível, sim, ter uma cidade diferente, uma cidade em que todos tenham a sua vez. Então, vamos ter oportunidades, em outros momentos, de mostrar esse empenho, o empenho da Comissão do Plano Diretor nessa direção. Acho que falo em nome da Comissão e em nome da Câmara.

Queria dizer que as nossas portas estão abertas para todos aqueles que tiverem, não só sugestões jurídicas, porque isso também é um problema. Quando o Estatuto da Cidade concebeu essa idéia da participação, logicamente que se abriu uma grande porta, mas, também, se criou uma dificuldade natural. Porque as pessoas, em geral, não se mobilizam, de classe mais humilde ou mais elevada, não se mobilizam por uma questão puramente ju-

rídica. Só podemos nos mobilizar, como o Vereador lembrou, aqui, há pouco, se a cidade estiver sendo discutida com os seus problemas, porque cabe aos representantes, cabe aos especialistas fazer a conversão entre o diagnóstico e as vontades, as nossas expectativas, as nossas aspirações, como passamos de uma cidade real, que está aí, cheia de problemas, para outra melhor. Essa passagem não é fácil. Ela assusta muita gente. E muita gente se assusta da seguinte maneira: não comparece. É verdade que o horário é ruim, esse horário pela manhã. Mas, ontem, ouvimos pessoas de alta representatividade do ponto de vista social e comunitário, dizer que, de noite, as pessoas não podem vir, que, de noite, estão cansadas, e etc. Então, existe um problema. As pessoas têm muitas solicitações, necessidades e obrigações e muitas vezes não dispõem do tempo para discutir a cidade.

Então, o que nós ganhamos sobre essa situação de anomalia, de apatia que temos vivido, acho que é lucro. E a sua presença, aqui, é positiva, porque revela o interesse de participar e participar mais. E tudo que eu puder fazer, como Presidente da Comissão, e falo em nome do Relator - mas se ele quiser falar também, certamente reforçar nessa direção, vamos fazer.

Então passo a palavra para Celinéia P. Ferreira, Presidente da Associação de Moradores da Urca. Tem também Maria Lúcia Salino esperando para falar em nome da Associação de Moradores da Praça Seca.

A SRA. CELINÉIA P. FERREIRA - Não entendo da parte técnica, embora a exposição tenha sido muito clara, muita coisa eu entendi e o meu caro amigo Vereador Eliomar Coelho me deu coragem, quando falou que as pessoas precisam e muitas vezes não entendem. Então, não sou só eu que não entendo, não é Vereador Eliomar Coelho?

Quero cumprimentá-los por esse trabalho exaustivo e, principalmente, por abrir a discussão para a população. A minha preocupação é com relação ao PEU, Projeto de Estruturação Urbana, que agora se chama Plano. Parece-me que ficou meio perdido aí, esse macrozoneamento. Parece que não vai ser mais obrigatório, se é que entendi. Queria dizer que na Urca tivemos o primeiro PEU do Rio de Janeiro - 01 -, e esse PEU foi o que segurou, até agora, a especulação imobiliária na Urca. Isso não é só importante para aquele bairro, mas é importante para a Cidade do Rio de Janeiro, porque é local, inclusive, de turismo internacional. Foi dito aí, que o turismo é a nossa segunda economia. Ali é um local de turismo. Antes, as pessoas iam ao Pão de Açúcar e iam embora. Cada vez mais, eles passeiam pelo bairro, vão à Pista Cláudio Coutinho, ou vão para a murada para ver o pôr do sol. Temos de preservar isso.

Então, me pergunto: como fica o PEU? Parece-me que deixar isso de acordo com a vontade do Prefeito, que sofre as pressões, seja lá quem for o Prefeito, e agente sabe que o poder imobiliário é grande: a minha pergunta é essa: como fica o PEU? Ele não vai existir mais? Não vai ser obrigatório? Isso me preocupa.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Passo a palavra ao Sr. Felipe Góes, que está sendo obrigado a nos deixar, para que faça as suas últimas observações.

O SR. FELIPE DE FARIA GÓES - Como as questões que estão sendo levantadas dizem mais respeito à apresentação feita pela Alice, e também estou com problemas aqui na agenda, gostaria de agradecer a oportunidade, dizer que estou sempre à disposição, parabenizar a Comissão, a Vereadora Aspásia Camargo, ao Vereador Roberto Monteiro por essa iniciativa. Estamos à disposição para futuras discussões.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Passaria a palavra, agora, à Dra. Alice, para dar as respostas que já estão se acumulando.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - Bom, vou começar, primeiro, pela Cláudia, pela questão da Cláudia que colocou duas coisas, uma sobre a definição de o território municipal ser completamente urbano, e a outra sobre a subdivisão, as demais subdivisões em outra parte.

Acho uma ideia interessante, que a gente pode considerar, na medida em que for possível a gente estabelecer isso como uma emenda, porque do ponto de vista do Executivo, a gente já não tem mais como emendar. Pelo menos, até agora, acho que não.

Com relação ao território completamente urbano, essa foi uma discussão que se alongou bastante entre as Secretarias que fizeram o Plano, especificamente em um subgrupo de diretrizes de ocupação e de planejamento de urbanismo e também em algumas Audiências Públicas localizadas. Primeira coisa é o município que paga um imposto territorial urbano, o imposto sobre o território urbano. A segunda coisa é que não há mais quase áreas com essa característica agrícola. Esse texto que você citou aqui é uma emenda. Ele não consta do projeto original do plano.

Então, há uma idéia de algumas pessoas que querem introduzir essa seção de Agricultura, Pesca e Abastecimento - que acho até pertinente, mas ela peca, quando usa a palavra rural. Essa questão rural, o município já não tem mais a coisa rural, não tem extensão de território de cultura, de cultivo, que caracterize como rural. A infraestrutura de transportes não é adequada, ela é urbana, não é rural; o fator de distribuição também é diferente. Ou seja, pode, sim, haver uso agrícola, deve haver, mas o que há

ainda, inclusive, ele já é bastante especializado, ele é de pequeno porte, ele é de pequeno agricultor, e ele se utiliza de todas as vantagens que uma área urbana oferece. Ou seja, ele é agrícola, mas ele está dentro de uma cidade, está em uma periferia de cidade, em uma área que paga imposto territorial.

Então, é uma opção de estabelecer áreas agrícolas. O próprio zoneamento do Rio de Janeiro - 322, que é de 1976, que foi feito na época da fusão, em que o município se criou, ele não tem essa área rural. O próprio zoneamento de uso de atividades tem um ZR 06, que é uma zona residencial que admite o uso agrícola e estabelece um lote mínimo bastante grande. Então, se isso, na década de 70, isso já era assim, não caberia a gente andar para trás e criar áreas rurais, ou seja não urbanas. Então, o território foi considerado urbano. É evidente que o zoneamento vai considerar a questão do uso agrícola, da pesca, do abastecimento, como uma atividade importante. A atividade agrícola junto, dentro do município urbano, é específica. Ela tem, de repente, uma produção de flores, como a gente tem em Guaratiba, uma produção de cogumelos; um ranário, ou seja, algumas atividades permanecem, como a colônia agrícola de japoneses de que a Vereadora Aspásia Camargo falou. Isso está lá.

Outra questão é que essas áreas sofrem uma pressão imobiliária absurda e elas não têm como fazer uma produção que gere recursos, que faça frente ao lucro imobiliário. Essa é uma questão muito séria de que temos que tratar. Não adianta fazer lei, porque ela não se resolve através da lei; adianta que se façam programas, planos, implementação de programas, de programas econômicos, da política de desenvolvimento econômico. Assim, isso pode ser, de certa forma, amenizado.

Na Secretaria de Urbanismo, sofremos uma pressão permanente para a integração dessas áreas à malha urbana. São áreas que não têm infraestrutura nenhuma, que são forçadas a isso e que muitas vezes são invadidas porque têm a manutenção de custo alto e são abandonadas pelos seus proprietários, sendo assim invadidas, ampliando a situação de irregularidade, com moradias sem um pingão de infraestrutura. Os decretos e as leis, a legislação que estabelece algumas vantagens para o uso, para a produção de habitação de interesse social também estimula a ocupação dessas áreas porque são as mais baratas do mercado. Embora sejam caras para uso agrícola, são baratíssimas para uso urbano. Elas são muito pressionadas e começamos a ver uma produção de habitação de interesse social em áreas distantes dos centros urbanizados, fora das áreas de atendimento de transporte, sem equipamento público. O município, em vez de aproveitar a oportunidade de criar melhorias de transporte e equipamentos públicos em áreas que já existem e que já estão carentes, passa a ter que criar mais, porque estão mais longe, mais distanciadas, porque estão sendo incorporadas à força, à produção de unidades habitacionais.

Esse é um quadro. Não estou dizendo que isso tem que ser assim. Esse quadro confirma a necessidade do desenvolvimento, do estímulo e incentivo à atividade agrícola, para que mantenha essas áreas úteis e economicamente viáveis, até para se conter a expansão da malha urbana. Porque também, para finalizar, a ideia do município 100% urbano não quer dizer município 100% urbanizado. Ou seja, dentro do município, você está num sítio em Guaratiba, ou no interior de Santa Cruz, mas usa a *Internet* e tem acessibilidade a uma série de produtos urbanos. Você sai para fazer uma compra e chega a um *shopping* no Recreio dos Bandeirantes.

Então, a vida desse produtor agrícola é uma vida urbana, mas não precisa trazer a malha urbanizada em toda a extensão. E as áreas protegidas? O Rio de Janeiro já tem as áreas de proteção ambiental de maior relevância. Estão todas protegidas. A legislação pode ser 100% atendida, em linhas gerais. Agora, é o detalhamento e a criação das áreas que vão sendo detalhadas, através de PEUs.

Eu vou emendar, então, a resposta nos PEUs. Os PEUs não acabaram, não. O Plano de Estruturação Urbana estende um pouco o escopo do PEU, que foi sempre entendido como instrumento de estabelecimento de norma. É uma norma de uso e ocupação. A ideia é que ele não seja só a norma, mas também um plano de diretrizes, principalmente em áreas em que a ocupação ainda se faz. Você pode pegar, por exemplo, Santa Cruz e, quando for fazer o PEU de Santa Cruz, a maior parte do território de Santa Cruz ainda é vazio, não está ocupado, já não é natural, mas vai ser ocupado.

Então, vamos estabelecer diretrizes de ocupação. Vamos fazer o PEU da Urca? O PEU da Urca vai ter diretrizes de ocupação que sejam compatíveis com aquela ocupação que já está lá. E assim vai ser. Eu não citei o PEU, porque o PEU é um outro capítulo do plano. E aqui tínhamos combinado de fazer macrozoneamento. O PEU é um instrumento de regulação do uso e ocupação do solo. Ele vai ser feito sempre que houver necessidade de se alterar a legislação de uso e ocupação. Ou seja, fica tudo igual. A diferença em relação ao plano de 92 é que o plano de 92 já estabelecia que todas as áreas tinham que ter PEU. Hoje, observamos que talvez algumas não precisem. Mas, se for necessário fazer em todas, será feito em todas. Só que não está previamente definido isso. Então, o PEU permanece, inclusive, ampliado. Ele está no capítulo dos instrumentos. E tinha uma outra. Acho que o Vereador Eliomar Coelho tinha falado sobre isso também, não é? Sobre o PEU e com relação a Botafogo, justamente é uma macrozona controlada porque não pode mais crescer, não pode se expandir mais. A controlada é a macrozona onde não haverá aumento de espécie alguma, inclusive as IATs foram projetadas para ser...

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - Não, ela é de ocupação controlada. Então, a ocupação será controlada, há controle sobre ela.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO - Vai crescer porque está crescendo, todos os dias tem um edifício novo.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - Mas hoje a legislação permite. Pode deixar de permitir, futuramente. Pode-se fazer um novo PEU para Botafogo e estabelecer novos padrões, é dinâmico. O PEU de Botafogo já é um pouco antigo, já restringiu na época, pode vir a restringir mais. A ideia é essa.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO - Porque o que acontece é o seguinte - o pessoal inventou uma palavra muito bonita, esse negócio de globalização, que se chama flexibilização. Então tem que flexibilizar a legislação e cita os Estados Unidos. Lá é diferente, o cidadão quer fazer um empreendimento pode ter reunião com a Comunidade várias vezes, tem toda uma gestão partilhada que eles chamam de governança e tem que ter conhecimento de toda infraestrutura que está instalada e aí, de acordo com a infraestrutura, verifica-se a demanda que irá surgir pelo novo empreendimento se ela será absorvida por aquela infraestrutura instalada.

Aqui não existe isso. Primeiro - infelizmente eu acho que a Prefeitura tem que fazer isso algum dia - é exatamente o conhecimento, fazer um rastreamento de tudo que existe no nosso subsolo: é abastecimento de água, é esgotamento sanitário, é telefonia, é sanitário. Tem uma parafernália que não se sabe e não se tem conhecimento. E aí fica autorizando o tempo todo novas construções. Eu moro na Rua Álvaro Ramos e sempre falo - anuncia no rádio que vai chover, os bueiros começam a estourar de água para tudo que é lado. Por quê? Porque era uma rua só de casas, hoje temos edifícios de 18 e 20 pavimentos e, é claro, não mudou nada na infraestrutura. Então é isso daí. Não dá mais para aquilo dali ter crescimento, o controle controlado.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - O controlado é o mais rígido, se não for controlado é pior ainda.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO - Não. Você sabe que no plano anterior, e você falou isso na sua intervenção, temos lá: restrição à expansão urbana. E, é claro, temos as macrozonas urbanas. Aí, sim, nessa urbana você pode até ter um crescimento controlado e tal...

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - Deixa só eu explicar: a restrição não pegava Botafogo. A restrição era restrição à expansão da malha. No plano anterior era macrozona de ocupação urbana. Pronto. Ele só dizia isso, só constatava uma realidade. Estabelecia um limite para a expansão urbana, que jamais foi obedecida, porque é difícil isso. Porque o município é totalmente urbano. Os únicos limites que se conseguem estabelecer em uma zona de proteção ambiental e com o uso agrícola, quando ele está em curso. Fora isso é impossível. Existe um zoneamento para a cidade inteira desde a década de 70, se for voltar para o Agache, desde a década de 30 que estabelece esse padrão.

Então, hoje sim, com a macrozona de ocupação a gente estabelece que a Zona Sul é controlado. E no conceito de controlado é limitação à expansão, tanto da verticalização, quanto da malha urbana. Ou seja, mesmo as atividades econômicas devem ser limitadas. Esse negócio de criar milhões de centros de negócios na Zona Sul, sobrecarregando aqueles bairros da Zona Sul, é uma recomendação contrária. Venha então trazer para o Porto do Rio de Janeiro, para as áreas em expansão, e que vão ter ou já têm uma infraestrutura adequada para esse fim. E não bairros residenciais recebendo um volume absurdo de serviços para atendimento da população como um todo. Essa é a ideia da macrozona.

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - Eu gostaria de complementar um instantinho. No meu entender: qual o conceito do macrozoneamento? O macrozoneamento é exatamente uma diretriz estratégica para uso de ocupação de determinadas porções do território e que serão acolhidas na mesma lei de uso e ocupação do solo que vão detalhar em termos das normas jurídicas a serem aplicadas.

O que a gente observa, e me confesso perdida nesta tipologia de ordenamento territorial proposta pelo Plano Diretor do Rio de Janeiro. Eu acho que o macrozoneamento está claro, todavia a hierarquização dessas diretrizes, como elas vão se materializar nos planos - e aqui para mim parece confuso. A ideia do PEU, primeiro que é uma ideia de derrogação de uma legislação. Então, se você diz que o PEU vai derrogar a legislação, então qual é o sentido do Plano Diretor? Porque ele veio exatamente para dar estabilidade a essas normas de ocupações de solo, para que a lei de uso e ocupação do solo fixasse os índices urbanísticos, segundo uma lógica estratégica para a cidade. Se eu começo a permitir derrogações, seja via PEU, seja via áreas especiais, estou, de certa forma, bombardeando essa lógica maior que o próprio Plano Diretor tinha como objetivo principal.

Acho que essa tipologia, no meu entender, precisa ser esclarecida. Como é que você parte dessas grandes diretrizes estratégicas, como é que ela se transforma nas subdivisões, seja do PEU, seja das áreas especiais, como ela é traduzida na lei de uso e ocupação do solo e, em especial, qual é a garantia jurídica de que isso vai ter estabilidade. Se você permite uma derrogação para tudo quanto é lado, acho que tinha que haver coerência nisso. O que é objeto do Plano Diretor, o que é objeto do macrozoneamento, o que é objeto de lei de uso e ocupação do solo, porque se não, definitivamente nós não estamos com segurança jurídica.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - Olha só, a lei de uso e ocupação do solo estabelece a norma, ela é instrumento regulatório. O PEU é um instrumento que tem essa condição regulatória também, ele modificaria a lei de uso do solo, como é hoje, exatamente como é hoje. Isso não muda em nada. Temos uma lei de uso e ocupação do solo que é o Decreto 322 e os PEUs a modificam.

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - E é certa essa orientação?

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - Se não for assim, o único modo de modificar a legislação local, através de uma necessidade de atualização e de acomodação, é fazer uma lei e não chamar de PEU, mas é a mesma coisa.

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - Tem que derrogar a lei de uso e ocupação do solo, porque ela está coerente com a proposta geral.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - Ou não. Por isso é que o PEU não tem mais aquela característica de que o PEU é necessário para todas as áreas. Se conseguirmos, a partir do Plano Diretor, fazermos uma lei de uso de ocupação do solo tão boa e tão completa que consiga atender 100% e integralmente todos os bairros, inclusive absorvendo os PEUs existentes, nunca haverá necessidade de um novo PEU. Mas precisa ser previsto que pode haver a necessidade. Agora, isso são instrumentos regulatórios, não tem nada a ver com território. Entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - Acho que o PEU poderia ser um detalhamento a nível de bairro ou de uma região menor, desde que se guarde coerência com o que foi estabelecido.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - É lógico. Mas é isso mesmo, isso está aqui no texto. Se você pegar o projeto de lei, você vai ver que existe isso: ele é um instrumento regulatório que é aplicação da legislação local, subordinado à lei de uso e ocupação do solo.

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - Derrogando essa legislação.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS - Se for o caso, se for o caso. É Lei Complementar, inclusive, o PEU.

Agora isso não tem nada a ver com as macrozonas, não tem nada a ver que quero dizer é o seguinte: a macrozona é uma divisão territorial - macrozoneamento. A lei de uso e ocupação do solo vai dar um zoneamento de uso e ocupação bastante específico. Ela vai respeitar a lei de uso e ocupação do solo ao macrozoneamento, mas o macrozoneamento também será diretriz para outras políticas, não só a territorial.

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - Eu sei disso. Tenho participado da elaboração de vários planos. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Olha só, eu acho o seguinte - o objetivo do debate é este. Temos um macrozoneamento que foi feito à luz da experiência e temos que testar: é como se fosse um teste. E o que as várias intervenções estão chamando a atenção é o fato de que as pessoas e seus problemas têm que estar resolvidos se possível dentro dessa classificação. Aí você tem vários níveis de intervenção e de definição de normas, etc. O que estamos pedindo e é perfeitamente negociável é que nós possamos resolver esse problema dentro dessa estrutura que vai ser montada e que usando uma palavra que se usa em economia - uma cadeia produtiva da norma. A norma começa muito abstrata e acaba muito concreta. Então, é preciso que haja essa preocupação.

O Vereador Eliomar Coelho levantou o problema dessas áreas ditas controladas que é problema, não de Botafogo, na verdade é um problema geral de todas as áreas dessas regiões controladas. Temos o problema dessa competição. O Leblon mesmo está sendo objeto dessa situação. As casas estão sumindo e os prédios estão subindo com os mesmos problemas de adensamento, de trânsito, de estrutura, de saneamento, de tudo isso. Então, é um problema absolutamente prioritário na discussão do Plano Diretor. Ouvi infinitas vezes, provavelmente em trabalhos participantes de Presidentes de Associações de Moradores que já foram veículo dessa queixa. Parece que a tal da flexibilização tem induzido ao uso misto, que parece, é, realmente, uma conquista das cidades modernas - não há nada contra esse princípio, em princípio. Só que isso gerou uma situação que deve ser observada. Primeiro, os bairros residenciais e as zonas residenciais dos bairros se converteram em áreas de comércio e serviços.

Por exemplo, hoje Ipanema não é mais um bairro residencial. Ele é residencial quase que, digamos assim, como exceção. Todas as ruas verticais e transversais de Ipanema estão hoje dominadas pelos serviços e negócios.

Então, o que acontece? Muitos conflitos sobre ruído, sobre trânsito, sobre isso, sobre aquilo. É um problema que tem que ser resolvido. Eu soube, recentemente, em Londres, como é que se define uma autorização para se fazer uma reforma num apartamento. Ela tem que passar pela consulta. É uma coisa complicada e difícil. Então isso não existe no Brasil. O que existe, muitas vezes, é a gente ver autorizações excessivas para essas transformações, para essas ocupações com usos que são conflituosos com a moradia. Quero fazer um registro de um problema que eu vi na CPI da Desordem Urbana de uma maneira exaustiva. Por exemplo, moradores desesperados, porque numa rua, em Copacabana, estava se abrindo a terceira sauna. E o morador, que representava outras famílias, dizia que os filhos não tinham mais condições de circular normalmente, porque o ambiente mudou. Esse caso da sauna me foi registrado de uma maneira muito dramática por uma família, um conjunto de famílias. E outros desse tipo, porque elas vão se abrindo, agora pegando as ruas transversais e paralelas de Ipanema, do Leblon, etc. Então, acho que a controlada tem uma demanda muito grande de conservações para que a gente não possa ter surpresas. Por exemplo, o Plano Diretor pode dar uma diretriz determinada e de repente no PEU essa diretriz não funciona. Então, nós queríamos a ajuda de vocês para resolver esses problemas e outros que possam estar incluídos nessa proposta.

Então, quero passar a palavra, agora, à Maria Lúcia Salino, da Associação de Moradores da Praça Seca.

A SRA. MARIA LÚCIA SALINO - Queria dar uma boa tarde a todos os presentes. São quase 13h. Queria falar algumas coisas. Sempre acompanhei essa discussão do Plano Diretor, sempre fiz parte do fórum de acompanhamento do Plano Diretor. Ele é muito antigo, tem muitos anos. Sempre fiz parte desse fórum, como algumas pessoas aqui presentes, também. E fizemos várias críticas ao Substitutivo nº 3. Fizemos inquéritos, e por quê? E o Ministério Público, inclusive, essa Comissão, tem um parecer técnico, jurídico do Ministério Público.

O Substitutivo nº 3 não comportava e acho que nem comporta as várias necessidades que a cidade precisa. O Rio é uma cidade urbana, cresceu desordenadamente por falta de plano. O Plano de 92, que nunca foi aplicado, porque nunca foi regulamentado. Se um plano nunca foi regulamentado, é difícil de ele ser aplicado.

Então, temos aí uma cidade que cresceu desordenadamente, cheia de problemas. E os planos que surgiram, que foram elaborados, por sua vez, eles não contemplaram, por exemplo, o Estatuto da Cidade, a participação popular, uma estrutura. O que, para mim, seria uma estrutura do Plano Diretor? Na minha opinião, uma sugestão que faço, que acho que a cidade precisa desse Plano Diretor e temos de dar continuidade a essa discussão. E aprovar, realmente, esse plano. Mas acho que não pode ser qualquer plano também. Um Plano Diretor tem um Conselho gestor, tem a apresentação de diagnósticos. E como são feitos esses diagnósticos? Em reuniões populares, de fato. Os técnicos constroem todo o saber, passa para a população e isso volta. Acho que são elementos básicos para a construção de um Plano Diretor.

Acho que o Substitutivo nº 3 não contemplou isso. Ele está aqui hoje, é pauta dessa discussão. E aí, como a gente procede para dar continuidade a uma discussão, a uma aprovação de um projeto de um Plano Diretor que, acho, deve seguir as normas de um Estatuto das Cidades, contemplar toda uma população que está aí à margem, toda uma cidade bastante desordenada. Imagina se a própria classe média que tem uma renda boa, razoável, se aglomera na Zona Sul, imagina essa população marginal, excluída, que a gente tanto vê, não vai ocupar as favelas, as áreas de risco, por quê? Se ali se concentra a área econômica, a área financeira. E o povo tem de se concentrar, tem que sobreviver.

Então, se concentra ali. Não tem jeito. E aí qual é a proposta que se traz em termos de desenvolvimento econômico? O município economicamente vai crescer para onde? E também não dá para a gente ter hoje só um bairro de centro, que seria isso aqui, o Centro da Cidade, e toda a população do Rio de Janeiro viver nesse entorno. Realmente, a gente precisa criar outros centros, para descentralizar a economia e atender à população que tem de sobreviver. Isso é uma coisa muito importante. Agora, acho, na minha opinião, que deveria ser feita na audiência maior, uma abertura. O Prefeito Eduardo Paes, – estive lá, quando ele foi lá: “olha, o Plano Diretor vai acontecer, nós vamos fazer, nós vamos abrir”. E agora, acho que a gente recebeu um cronograma de audiências públicas.

Então, na minha opinião, tem questionamentos ao Substitutivo nº 03. Acho que deveria ser feita uma apresentação maior, mais pública, com um cronograma. O que a Câmara quer, o que o Executivo quer, e o que podemos construir. Acho que não dá para chegar aqui e só apresentar audiências temáticas. Olha só. Sou trabalhadora, sou comunitária, sou do movimento comunitário, pertencço a uma chapa da Famerj, sou Vice-Presidente desta chapa da Famerj e não me anunciei como Famerj, por ela estar com problemas. Tem umas chapas lá, pedindo registro. Estamos em um impasse jurídico, lá.

Por isso, não me apresentei aqui com associação. Sou do movimento comunitário há muitos anos. O Rio vivencia esses problemas daqui. E como classe trabalhadora, também, porque sou trabalhadora, falo uma coisa. Isso aqui está vazio sim, porque é difícil o trabalhador acompanhar uma discussão em um horário desses. Entendeu, gente? É muito difícil. As pessoas trabalham. Acho que existe, talvez, interesse na discussão e na participação, sim. Agora, é isso o que falei. Qual é o cronograma que a Prefeitura tem com relação ao Plano Diretor? Temos aí as audiências temáticas. E o resto? Nós vamos jogar isso, e aprovar? É só isso?

Quer dizer, o diagnóstico tem que ser melhor apresentado, uma audiência maior, um cronograma maior, com descentralização. Acho que todos nós que batalhamos, que estivemos lá acompanhando o Substitutivo nº 03, essa população que se aglomerou em torno disso, merece também uma satisfação. Todos nós temos preocupação com a cidade, sim.

Somos classe trabalhadora, queremos emprego, queremos moradia digna. Sei que a competência da Prefeitura é fazer o Plano Diretor, é o ordenamento. Mas, na minha opinião, tem que estar vinculado a uma política geral, maior, econômica. Porque o Plano Diretor é para 10 anos. Ele não vai acabar aqui, não podemos construir apenas em um pontual, no imediato. Temos de construir em um planejamento maior de desenvolvimento da cidade, em uma política geral maior econômica. Bem, é isso. Acho que a população do Rio merece uma satisfação. E acho que se fazer um chamado mais amplo e maior, ela atenderá a essa solicitação aqui, e ao encaminhamento que vocês pretendem dar com relação a continuidade do Plano Diretor. Bem, é isso. Agradeço, o espaço e a democratização da discussão que é fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Maria Lúcia. Bem, espero que você tenha, de alguma maneira, aproveitada a exposição que foi feita aqui hoje, sob dois aspectos. Um, sobre o diagnóstico econômico da Cidade, e as perspectivas de sairmos dessa situação.

O diagnóstico é ruim. Estamos em um processo de esvaziamento há muito tempo. Parte da pobreza vem disso. Nós, vamos, na questão da moradia, discutir. E aí acho que há boas notícias na área de habitação, a política mudou. Vamos ter expectativas de construção de casas populares, etc. isso não quer dizer que as políticas venham prontas. Estamos aqui, justamente, discutindo. E precisamos de pessoas qualificadas, como você, que já estão há muitos anos nessa batalha, e que, provavelmente, tem outras pessoas por trás, que estão juntas.

Então, esses fornecedores de opinião que vão se juntando, e que têm sugestões a fazer, – você fez uma importante, aqui, para a discussão de hoje, que foi a questão de uma cidade que tem vários centros. Vimos que, ainda, 45% dos empregos estão na região central da cidade. Você está propondo um Rio policêntrico. Essa é uma questão que pode, sim, ser incorporada ao Plano Diretor, como outras que você mencionou.

Então, vamos avançando, conforme, também, vamos recebendo as informações. Porque o que não funciona é permanentemente a queixa, a frustração em detrimento daquilo que a gente vem recebendo e temos de nos posicionar em relação a isso. Então, acho que está na hora de termos uma política de regularização, fundiária, está na hora de termos uma política econômica para a cidade, está na hora de favorecer os empregos de tecnologia, porque empregos de baixa qualidade são empregos que criam, multiplicam e mantêm a pobreza.

Enfim, acho que tudo isso está em discussão e temos a possibilidade de ver como é a Prefeitura sugere esse ordenamento territorial da cidade, para que essas funções sejam cumpridas. Então, logicamente que a questão do diagnóstico está aberta. Estamos aqui dispostos a discutir. Agora, é preciso que haja quem discutir. Já rodamos, eu, por exemplo, com as várias Comissões que se formaram, já rodei três vezes essa cidade, e uma delas, todos os bairros grandes, com audiências públicas em vários bairros diferentes, que foram muito concorridas, que a Câmara, inclusive, promoveu para complementar as audiências públicas que tinham sido organizadas pela Prefeitura.

Então, estamos abertos à participação, mas também, reticentes em muitos aspectos, porque não é automático, que, quando a gente abre uma discussão, apareçam pessoas para discutir. Ao contrário, e quanto ao horário, a Comissão está muito atenta aos horários que são convenientes a todos. Porém, parece que esse horário não existe, porque muitas vezes, de noite, as pessoas, não podem. As mulheres, por exemplo, já não podem, porque elas têm obrigações familiares, e, em geral, não comparecem. Então, soma-se tudo isso.

Temos a *internet*, temos a possibilidade de receber por escrito as questões, e havendo uma pauta de questões que sejam importantes de discutir para o Plano Diretor, que estamos abertos a isso, inclusive, aqui, na hora que a gente puder marcar. Está aí a sala do Plano Diretor aberta a todos, grupos pequenos ou médios que possam se interessar pelo Debate também. Então, concluo aqui dando a palavra rapidamente ao Paulo Saad. Vou pedir, rapidez, porque o tempo é muito curto, e à Regina Carqueja, para encerrar essa reunião. Muito obrigada.

A SRA. REGINA CARQUEJA – Boa tarde a todos. Sou Regina Carqueja da Amal, de Laranjeiras. Boa tarde à Mesa, Excelentíssima Vereadora Aspásia Camargo, boa tarde a todos os Vereadores.

A questão é a seguinte. Preocupa-nos com relação ao macrozoneamento como ficarão as APAs, áreas de proteção ambiental. Parece que isso ficou um pouco confuso para nós, na medida em que vai haver uma flexibilização, pelo que eu entendi. Quando cheguei aqui, estava se falando do PEU, e parece que o PEU, em determinados momentos, ele vai só abranger, não é mais obrigatório, e, se necessário for, vai haver então um critério de oportunidade e necessidade para verificar.

Então, queria saber sobre o crescimento das áreas controladas que dizem respeito aos bairros da Zona Sul. E falo inclusive com relação a Laranjeiras. Laranjeiras é muito pequenininho, somos espremidos em um vale. Então, preocupa-nos isso. Como ficarão as áreas de proteção ambiental. Serão mantidas, serão respeitadas. Porque temos problemas com invasões nas áreas de proteção ambiental, hoje, que estão sendo tomadas. E as pessoas que o fazem, o fazem por necessidade, por muita necessidade, por certeza, mas correndo risco de vida, e colocando em risco a vida dos outros, também. E como ficarão essas populações que estão tomando conta dessas áreas de proteção ambiental, essa mata que nos circula, que é a Mata Atlântica, inclusive, que é importante para todos nós.

Como ficará isso. Como será tratada essa questão? Como essas pessoas poderão ser cuidadas? Como elas poderão ser inclusive protegidas? Tanto quanto nós pedimos proteção também às áreas de preservação ambiental, que não é só ambiental ecológica, mas ambiental cultural, também, porque nossos bairros formam um corredor cultural, até por isso foram criadas essas APAs. Essa é nossa preocupação quanto a essa confusão. Peço um esclarecimento à Mesa, nesse tocante. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada a você.

O senhor Paulo Saad. Não está presente.

Então, o Sr. Jorge Borges.

O SR. JORGE BORGES – Boa tarde a todos. Sou Jorge Borges. Sou geógrafo, especialista em solo, pelo Ipur, da UFRJ. Faço parte da equipe do Vereador Eliomar Coelho, na assessoria técnica. Mas já pedi a ele, inclusive, licença para falar em nome, na verdade, não em nome, mas na condição de ex-membro do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, que, inclusive, me credenciou para ser convidado para participar da equipe técnica. Desde 2001 participei das discussões do fórum, das várias lutas que travamos. Posso sintetizar essa luta de vários anos. Tivemos dois tipos de condutores do processo de revisão.

Um tipo, que é o autoritário, que simplesmente não fazia nada, sentava em cima do processo de revisão e dizia, quando a gente reclamava da não-participação, dizia que não dá para fazer participação, porque ela é cara, custa dinheiro, custa recursos da Prefeitura ou da Câmara, ela é muito demorada, leva muito tempo para discutir, sem chegar a lugar algum. E tinha um outro tipo de gestor, que é o caso do atual, que está sempre aberto ao diálogo, mas que, quando a gente começa a fazer a discussão, a gente encontra assim vários problemas que já foram relatados, tanto na Audiência de ontem, como de hoje.

Nos dois tipos de condutores da revisão do Plano Diretor, o que há de comum entre eles, e aí não é uma crítica pessoal a quem está conduzindo hoje, mas infelizmente a essa conjuntura que a gente tem na Câmara Municipal e na Prefeitura, é a ausência de vontade política. Em que sentido? A ausência de um método para se fazer a revisão do Plano Diretor. Quando a Lúcia colocou aqui a ausência de um calendário, é porque a gente só tem o calendário das audiências públicas, que já estão publicadas no Diário da Câmara. A gente não sabe, nem nós que estamos dentro da Câmara, não sabemos quais as outras etapas do processo de revisão. Não sabemos como as sugestões que estão sendo colocadas aqui vão ser ou não vão ser incorporadas ao texto que está aí em tramitação. Isso para não falar dos problemas do Projeto de Lei, para não gastar muito tempo, e que não vou entrar no mérito.

Então, para dar um exemplo, que foi o último grande suspiro do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, para dar um exemplo de que não é caro, e de que não gasta tempo e de que é possível mobilizar pessoas, mesmo pessoas de formação técnica de alto nível para discutir a Cidade e discutir o Plano Diretor, vou citar dois exemplos.

O primeiro são as várias publicações que já foram feitas no âmbito do Conselho Nacional das cidades, inclusive, com a Resolução nº 25, que trata do estabelecimento de um conselho gestor amplo, com participação de várias entidades da sociedade civil; e leitura técnica que a gente e o Vereador Eliomar Coelho tanto quis, – o nosso grande porta-voz, que não é simplesmente apresentar dados quantitativos, ou mesmo qualitativos sobre a cidade; mas é uma discussão mais refinada da cidade em várias escalas.

O que a gente sempre vê aqui sempre são mapas da cidade com um todo, da cidade como um todo. A gente não consegue nunca aprofundar esse refinamento para ver qual a capacidade dessas infraestruturas e quais são os conflitos. A gente só fala em tendências, em vetores, mas não fala quais são os conflitos que estão estabelecidos na cidade. E sem isso, não tem leitura técnica que funcione.

Então, um outro grande exemplo que gostaria de dar é isso, para não falar na participação comunitária. Esse é o segundo grande exemplo que a gente vai dar aqui, que foi um projeto do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, o Ipur, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e o Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro, com R\$ 100 mil que eles conseguiram de patrocínio da Petrobras, fizeram mais de 90 oficinas em seis regiões da Cidade.

Só para ter uma ideia: Campo Grande, pegando comunidade de Santa Cruz, Paciência, Inhoaiba, Sepetiba, Barra e Pedra de Guaratiba, Santíssimo, Bangu e Senador Camará. Fizeram reuniões em Vargem Grande, pegando comunidades de Jacarepaguá, também, não só de Vargem Grande, fizeram oficinas no Alto da Boa Vista, e fizeram oficinas no Centro, pegando ocupações de sem-teto, Regente Feijó, Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Mem de Sá, Nelson Mandela e Carlos Mariguela. Ou seja, um perfil extremamente heterogêneo, em reuniões, que os dias e horários quem definiam eram os moradores dessas regiões, às vezes, eram dias de semana à noite, às vezes eram dias de semana de manhã, às vezes era sábado de manhã, às vezes era domingo.

Isso quem definiam eram as representações que participaram do projeto. Tem, inclusive, a lista de vários participantes, aqui, mais de 100 pessoas participaram nas diversas regiões.

Esse projeto durou pouco mais de oito meses, 90 oficinas, 2 seminários no Largo do Caco, na Faculdade de Direito da UFRJ, seminários com participação da Academia, com participação de técnicos, e de representantes. E, ao final de oito meses, saiu esse livro, com uma síntese do que foi discutido.

Certo? Produtos como esse, o Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor fez uns 15. Eu, particularmente, participei de uns 4 ou 5, ao longo desse processo. Infelizmente, nunca esses movimentos da sociedade civil foram ouvidos. Infelizmente por mais boa vontade que tenha tido, a atual Comissão, esse tipo de processo não foi incorporado.

Então, corremos, mais uma vez, o risco de a tal revisão, entre aspas, a que o Vereador Eliomar Coelho sempre se refere, de fazermos uma revisão, e, por melhor que seja o Projeto de Lei, ele não ser exequível, por quê? Porque ele não está concatenado com a realidade da nossa cidade. Esse é o grande problema que estamos enfrentando hoje. Se isso pode virar uma proposta concreta depois, a gente tem um monte de documentos do Fórum que a gente pode passar para a Comissão. Estaremos aí com a possibilidade de retomar a mobilização. Esse documento não posso deixar, mas posso conseguir um outro. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Jorge.

Estamos, aqui, inclusive, na mesma Casa. Você será muito bem vindo para conversar com os membros da Comissão e da equipe técnica que trabalha com a Comissão.

Então, estamos encerrando, neste momento, a nossa Audiência Pública sobre o desenvolvimento econômico e o macrozoneamento da Cidade.

O SR. CARLOS ALONSO QUINTÃO – Um minuto. Olha só. Eu pedi inscrição aqui, porém, o companheiro que estava inscrito antes, e, por azar nosso, não pude falar. Estou querendo colocar o seguinte. Inclusive, o Vereador Eliomar Coelho já abordou o tema.

Queria falar sobre a Constituição Federal e a nova campanha “Minha Casa, Minha Vida”, que infelizmente, todos falam “Minha Casa, Minha Vida”, só falam na construção de milhões de casas. Mas o Projeto “Minha Casa, Minha Vida” envolve quatro questões. Primeiro, um milhão de casas, construção, reforma e tal; segundo, regularização fundiária de interesse social, cria na segunda parte da regularização área urbana consolidada, que é a área na cidade que tenha um hectare e até 51 pessoas acima, e coloca instrumento da demarcação urbanística e da legitimação da posse e cria a novidade do usucapião administrativo sem a necessidade de ação judicial. Estão escutando?

Então, queria dizer isso aqui. Na próxima reunião, queria espaço para entrar mais nessa questão. Porque não quero atrapalhar o final.

Quero parabenizar as audiências e o trabalho que tem se realizado.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS – Só queria responder à representante da Associação de Laranjeiras, que deixou uma pergunta no ar.

Olha, o tema aqui, desta reunião, era macrozoneamento. E, de repente, saiu o PEU no assunto, o que é bastante lógico, porque as coisas têm uma articulação e se encadeiam. Mas essa questão do PEU, das Apacs e das APAs são tratadas em outro capítulo do Plano Diretor. Por isso, não foi desenvolvido. Então, em outra oportunidade, podemos conversar.

Não acaba Apac nenhuma, não acaba APA nenhuma, não acaba PEU nenhum. Esses instrumentos são instrumentos que definem um território para o qual vale uma regra, um regime administrativo, um regime urbanístico específico. Ou seja, uma Apac estabelece restrições de caráter do patrimônio cultural, uma APA estabelece restrições de natureza ambiental. O PEU pode absorver a APA. São instrumentos regulatórios. O macrozoneamento tem outra função. Inclusive, ele dá as diretrizes e as conotações variadas para que esses instrumentos sejam colocados. A macrozona controlada é controlada. Não pode se expandir, não pode crescer, sem o critério mínimo.

Então, ela é controlada, inclusive, porque tem uma porção de Apacs nessa macrozona, tem uma porção de APAs, ela é saturada, ela já não tem suporte de infraestrutura. A gente conhece minimamente a infraestrutura da Cidade e sabe que a infraestrutura da Zona Sul está saturada. Ou seja, do ponto de vista da estrutura viária, de transporte, de saneamento, de drenagem, de todas essas questões. E quanto às medidas para as comunidades que vivem, inclusive, dentro das APAs, que é coisa muito comum na nossa Cidade inteira, acredito que na hora que a Secretaria Municipal de Habitação fizer a sua exposição, isso seja abordado com mais especificidade.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Dra. Alice.

Muito obrigada a todos pela presença e pela colaboração. Estaremos, aqui, sempre, se houver mais dúvidas, ou ideias. A Comissão está à disposição.

A Comissão tem um 0800, que está no *site* na Câmara e continua a trabalhar, ela não se limita, aqui, a essas sessões de trocas de ideias, de críticas, das Audiências Públicas da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Muito obrigada a todos.

(Encerra-se o Debate Público às 13h24)

